

# JORNAL ADUNICAMP

Publicação da Associação de Docentes da Unicamp • Campinas, São Paulo • Ano XV • Maio/1996

**ENTREVISTA**

Décio Munhoz, economista e professor da UnB, mostra que o Plano Real aumenta a dívida externa e empobrece a população brasileira.

Págs. 8 e 9

## Nova sede



Antigo anseio da Adunicamp, a construção de uma sede própria que atenda adequadamente suas necessidades vem finalmente se tornando realidade. Desde fevereiro deste ano a futura sede vem sendo construída no campus, na esquina da Rua Cláudio Abramo com a Avenida Albert Einstein. A obra compreende quatro edifícios térreos, com mezzaninos, auditório para 150 lugares e cantina, perfazendo um total de 880 m<sup>2</sup> de área construída, em um terreno de aproximadamente 2.000 m<sup>2</sup>. Acessos e de-

mais facilidades para portadores de deficiências físicas, itens normalmente negligenciados em obras destinadas ao público em nosso país, estão previstos no projeto da nova sede. A construção está sendo feita em regime de administração, com empreiteiros de mão-de-obra. Como pode ser visto pela foto, a execução da estrutura e alvenaria de fechamento dos quatro edifícios já está em fase adiantada. Até a primeira quinzena de junho os quatro edifícios deverão estar cobertos e a obra deve terminar em outubro.

## Governo joga pesado para aprovar a reforma da Previdência

O governo federal trocou ministros e recompôs a sua base de sustentação no Congresso Nacional com o propósito de aprovar as reformas neoliberais que o governo FHC se propôs a efetuar.

Nesta edição, analisamos o que está por trás da reforma da Previdência e a quem ela interessa.

Textos elaborados pelos professores Celso Arruda, Sergio Silva e Osmar de Oliveira

Marchese apontam as incoerências da proposta governamental, os efeitos que ela causará à Unicamp, em particular, e às universidades brasileiras, e os desafios que deveremos enfrentar diante desta nova realidade.

Págs. 3, 4, 5, 6 e 7

## Projeto editorial e gráfico

A partir desta edição, o **Jornal Adunicamp** começa a passar por um processo de transformação. Estamos introduzindo uma segunda cor na capa e contra-capas, implantando uma diagramação que tornará a leitura mais agradável e mudando o papel. A padronização no uso da tipografia tem como propósito tornar o jornal uniforme. Porém, as melhorias não pretendem se restringir à parte gráfica. Mudanças no conteúdo

do também estão previstas, uma vez que nossa proposta é chegar ao final desta gestão com o jornal reformulado. Neste sentido, gostaríamos de conhecer a sua opinião sobre estas primeiras mudanças e recebermos sugestões de pautas. Contribuições voluntárias de artigos também serão aceitas. Procuraremos debater, neste espaço, temas de interesse não só da universidade como de toda a sociedade.

## GT não debate RDIDP

Pretendíamos, nesta edição, ampliar o debate sobre RDIDP. Para tanto, solicitamos artigos aos membros do Grupo de Trabalho (GT) instituído pela reitoria para análise dos regimes de trabalho da carreira docente. Os integrantes do GT optaram por não atender, neste momento, o convite feito pela diretoria da Adunicamp. A carta, assinada pelo professor Carlos H. de Brito Cruz, pró-reitor de Pesquisa e presidente

do GTRDIDP, afirma que esta decisão foi tomada em fase de intensas discussões e avaliação de vários aspectos do RDIDP que estão ocorrendo no momento. Ele informa, ainda, que é consideração unânime do grupo que o RDIDP deve ser o regime preferencial de trabalho para os docentes da Unicamp, e que melhorias em sua regulamentação e aplicação são essenciais ao desenvolvimento acadêmico da universidade.

## EDITORIAL

# O reajuste de maio, a LDO para 97 e a necessidade da nossa mobilização

**E**stamos completando doze meses sem reajuste salarial. A inflação acumulada no período é de 20,03%, segundo a Fipe, e 33,93%, segundo o Dieese. Esses são os percentuais em que nossos salários deveriam ser reajustados para manter o seu poder aquisitivo de um ano atrás, segundo cada uma daquelas fontes. Isso sem levar em conta a perda ocorrida ao longo do período, e o fato de que na realidade a inflação oficial reflete uma cesta de consumo em que os produtos básicos de alimentação têm um peso elevado e os serviços (assistência médica, mensalidade escolar e outros) têm um peso baixo. Ou seja, a inflação efetiva que nos atinge é seguramente maior, o que cada um pode facilmente constatar analisando sua receita e despesa.

O Fórum que congrega as Associações e Sindicatos de docentes e funcionários das Universidades Estaduais Paulistas encaminhou há mais de um mês ao Cruesp a Pauta Unificada de Reivindicações da Data-Base de 1996. A resposta que recebemos é absolutamente evasiva e não responde objetivamente a nenhum dos quesitos apresentados, conforme divulgamos amplamente em nossos Boletins. Como já dissemos, trata-se de um lamentável e equivocado desrespeito para com as entidades que, de fato, vão à luta em defesa da Universidade em seus momentos de crise. Todos sabem do papel da Adunicamp na superação da crise da intervenção em 1981, e na conquista da autonomia financeira a partir de 1989, para ficar apenas com dois exemplos marcantes. Mais recentemente, durante a votação da Lei de

Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 1996, ocorrida em junho de 1995, o projeto de lei enviado pelo Governo do Estado à Assembléia Legislativa previa um congelamento dos recursos das Universidades nos níveis do valor executado em 1995. As Associações e Sindicatos, além dos Diretórios Centrais dos Estudantes, pressionaram fortemente os deputados e conseguimos uma vitória apertada na Comissão de Finanças suprimindo o parágrafo que congelava o nosso orçamento. Infelizmente, na votação em plenário, depois de prolongados e acalorados debates foi aprovada, por pequena margem, uma emenda que transferia para as Universidades apenas 25% do crescimento do ICMS, o que significou na prática um quase congelamento. Lamentavelmente os reitores da Unicamp e da USP omitiram-se durante os debates na Assembléia e, segundo depoimento de diversos deputados da situação e da oposição, teriam aceitado previamente a proposta do Governo do Estado. Esse argumento foi intensamente usado pelos parlamentares governistas, os quais diziam que as próprias administrações da Unicamp e da USP aceitavam o corte e, portanto, não viam sentido na nossa pressão. Esse foi, sem dúvida, um dos fatores determinantes da nossa derrota.

O resultado está aí e todos estamos sentindo na própria pele. Um ano sem reajuste, perda salarial significativa e perspectivas sombrias. A resposta do Cruesp (Boletim nº 13/96) não deixa margem a dúvidas. As negociações da data-base 1996 ainda não se concluíram (aliás, sequer se iniciaram), e esperamos que os dirigentes das univer-

sidades tenham o bom senso de dialogar por meio do Cruesp, mesmo que tardiamente. É oportuno recordar neste momento que o Cruesp, sob a presidência do reitor da Unicamp, ficou praticamente um ano sem reunir-se com as entidades, fato único desde a sua instituição. A expectativa com a posse do novo presidente do Conselho, o reitor da Unesp, em abril último, é pouco animadora diante do teor da resposta à nossa Pauta. É incompreensível, inacreditável mesmo, a aversão ao diálogo por parte da administração de nossas universidades. Isso talvez explique grande parte das situações que vivenciamos no dia a dia em nossas unidades.

No dia 30 de abril próximo passado, o Governo do Estado encaminhou à Assembléia Legislativa o projeto da LDO para 1997, que repete os mesmos termos da LDO em vigor, ou seja, 9,57% da arrecadação do ICMS, tendo como limite da transferência o valor executado em 1995, acrescido de 25% caso haja aumento da arrecadação. Ora, se em 1996 isso já está se demonstrando desastroso, imagine-se o que ocorrerá em 1997. Lembremo-nos de que os gastos da Universidade com pessoal, que representam entre 80 e 85% do orçamento, crescem independentemente de qualquer reajuste com a incorporação de quinquênios, sextas-partes, gratificações, promoções, além do inusitado aumento das aposentadorias em decorrência, num primeiro momento, da infeliz condução da reforma da previdência pelo Governo Federal, e agora agravado pela busca de outra atividade remunerada como

única forma de melhoria salarial.

Já tivemos duas reuniões na Assembléia Legislativa com os deputados que defendem as Universidades, e somente uma intensa mobilização de nossa parte, pressionando-os em suas próprias bases e na própria Assembléia, criará as condições necessárias para derrotar o projeto do Executivo. Em decorrência das dificuldades que estão encontrando, parece que desta vez os reitores da Unicamp e da USP não pretendem aceitar o projeto do Executivo. Entretanto, não estiveram presentes em nenhuma das reuniões já realizadas na Assembléia, ao contrário do reitor da Unesp. Deveriam lutar também para que o índice seja superior a 9,57% do ICMS, uma vez que já constataram que essa parcela tem se demonstrado insuficiente.

De nossa parte desejamos informar aos nossos colegas que não arredaremos pé da Assembléia Legislativa na defesa dos legítimos interesses das universidades e, como consequência, do ensino superior público gratuito e de qualidade, até a votação da LDO em 30 de junho. Fazemos um apelo a todos que participem dessa luta, escrevendo artigos para jornais e revistas, contatando deputados, prefeitos, vereadores e pessoas com influência sobre os mesmos. O futuro das universidades paulistas está sendo decidido na Assembléia. Na Adunicamp estamos à disposição para prestar maiores esclarecimentos, bem como receber sugestões e recomendações daqueles que queiram colaborar. Lembrem-se de que somos poucos na diretoria da Associação, e que a força de nossa entidade é função do trabalho de todos.

## EXPEDIENTE

## Diretoria:

Luís Carlos Guedes Pinto, presidente; Ítala M. Loffredo D'Ottaviano, 1º vice-presidente; José Luiz Antunes de Oliveira Sousa, 2º vice-presidente; Lúcia Pereira da Silva, 1º secretário; Sílvia Azucena Nebra de Pérez, 2º secretário; Marcela Haun, 1º tesoureiro; Marlene Rita de Queiroz, 2º tesoureiro; Lino Castellani Filho, diretor administrativo.

Adunicamp - Associação dos Docentes da Unicamp

Cidade Universitária "Zeferino Vaz" - telefone (019) 239-1148/239-8152

## Jornal Adunicamp - Maio/1996

Editor: Marcos Luiz Cripa vd; Coordenação: professora Lúcia Pereira da Silva; Assistente de redação: Roseli Coutinho dos Santos; Projeto gráfico e editoração eletrônica: Luís R. Câmara; Ilustrações: Maringoni; Revisão: Vera L. M. da Silva; Digitação: Hamilton João T. Magalhães; Distribuição: Maurício Lopes e Jofilson Pereira dos Santos. Tiragem 4.000 exemplares. Distribuição gratuita. O **Jornal Adunicamp** é uma publicação da Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Campinas, destinado aos associados. Os artigos assinados não refletem necessariamente o pensamento da diretoria da entidade e são de responsabilidade dos autores.

Essa edição foi fechada na redação dia 15 de maio de 1996.

PREVIDÊNCIA

# A Unicamp e os desafios da Previdência

Professor titular da Faculdade de Engenharia Mecânica, **Celso Arruda** analisa a realidade e os problemas que a Unicamp deverá enfrentar, em breve, com a possibilidade de ocorrer uma corrida às aposentadorias em função das reformas que o governo vem propondo para a área da Previdência. Para ele, é preciso pensar urgentemente nesta questão, colocando-a sistematicamente em debate com a comunidade.

A última mexida do Governo Federal na questão da Previdência Social, enviando ao Congresso um pacote de medidas para alterar as regras da aposentadoria, desencadeou uma onda de retiradas apressadas do mercado de trabalho: pessoas com tempo de serviço suficiente para aposentar-se pelas regras atuais não hesitaram em fazê-lo, ainda que relativamente jovens e ativas.

Na Unicamp, presenciamos nos últimos meses uma corrida à aposentadoria. Inúmeros docentes, muitos dos quais no auge de suas carreiras, retiram-se abrindo sérias lacunas na estrutura acadêmica da Universidade.

Há indícios sérios de que, no sistema público paulista de ensino superior, a quantidade de profissionais aposentados vai obrigar, em breve, a destinação de grande parte do orçamento para cumprir as obrigações previdenciárias.

As regras atuais de financiamento das universidades públicas paulistas estipulam uma participação percentual no ICMS arrecadado, portanto, uma quantidade definida de recursos, cuja elasticidade é função do comportamento da arrecadação. Ainda assim, a regra está sujeita às variações da política: recentemente, o Governo do Estado resolveu congelar as dotações aos valores da participação do ano anterior, extirpando por consequência a participação das Universidades no crescimento da arrecadação.

Como muito provavelmente o Governo Estadual não vai estabelecer um piso para recursos da Universidade, no caso de queda da arrecadação, é hora de pensarmos nas consequências dessa política. Não

podemos ser imprevidentes no planejamento do futuro, com aquela idéia, tipicamente brasileira, de que tudo se ajeitará no final.

Uma das questões que mais preocupa é justamente esse crescimento tumoroso das despesas com os inativos. É matéria de aritmética simples prever que, se em breve o montante de recursos destinados aos inativos passar a devorar uma parte importante das dotações, serão pressionadas para baixo a massa salarial global da Universidade e as verbas para os demais custeios.

A capacidade de investimento, já reduzida, será aniquilada de vez, afetando a qualidade do ensino e da pesquisa.

Não podemos mais confiar no recurso, tantas vezes usado com sucesso, de pressionar politicamente o Governo Estadual tão logo o problema se revele incontornável: a simples manutenção das verbas que se destinam às Universidades, polpudas em comparação às destinadas ao ensino básico, encontra hoje escassa guarida política na Assembléia Legislativa.

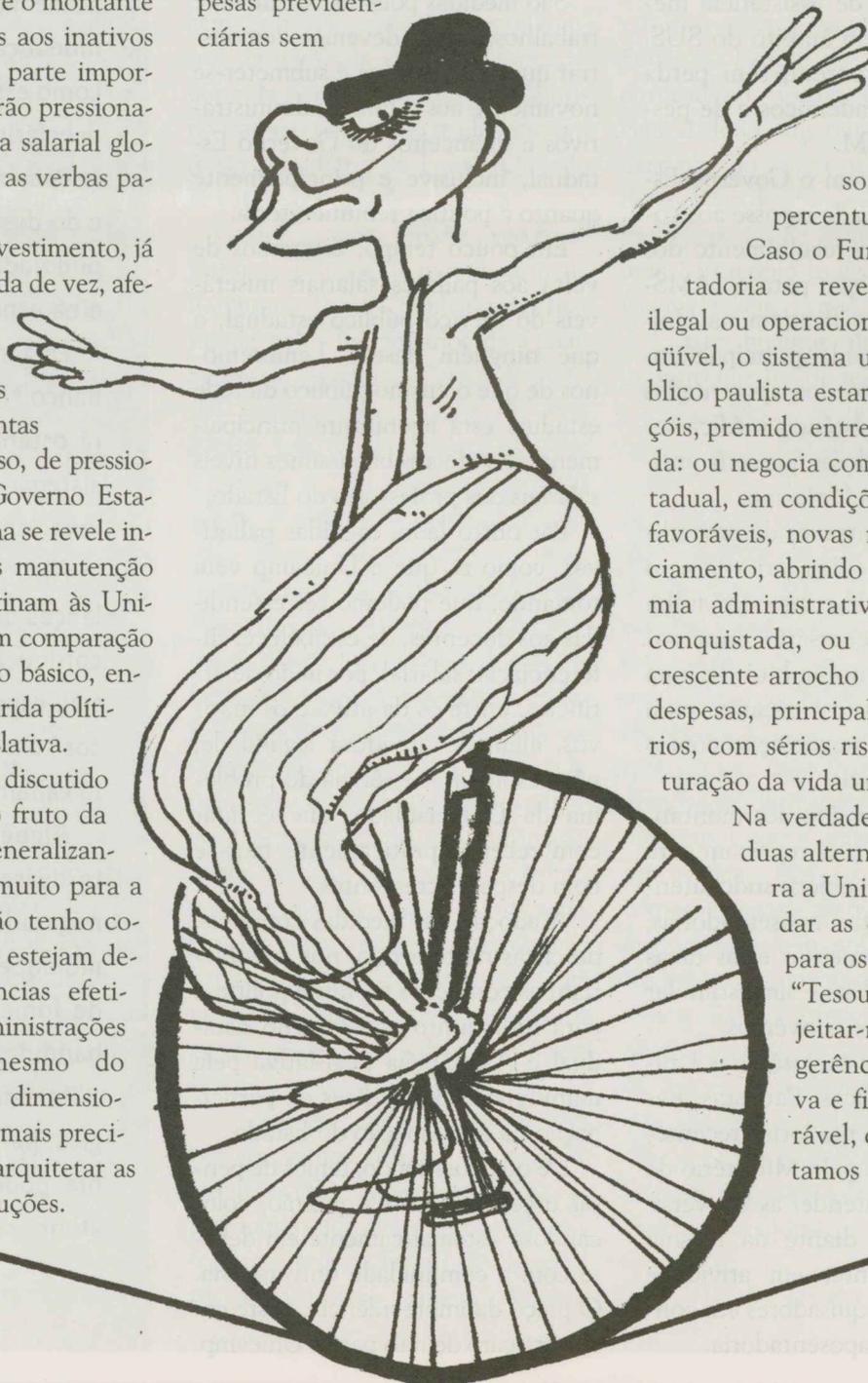
O assunto tem sido discutido aqui e ali, mais como fruto da intuição, que se vai generalizando, de que não falta muito para a coisa explodir. Mas não tenho conhecimento de que se estejam desenvolvendo providências efetivas, em nível de administrações universitárias ou mesmo do Cruesp, para estudar, dimensionar e quantificar com mais precisão o problema e arquitetar as soluções.

É necessário, urgentemente, buscar soluções respaldadas na engenharia atuarial e financeira, erigindo mecanismos compulsórios de poupança, como por exemplo, se for possível legalmente, um Fundo de Aposentadoria específico, para fazer face à maré montante de despesas previdenciárias sem

danos para a política salarial e para o funcionamento da Universidade. A questão de o Fundo vir a ser somente de aposentadoria ou cobrir também as pensões dependerá das negociações com o IPESP. Numa primeira avaliação, foi estimado que o pagamento de 6% para o IPESP, somente para cobrir pensões – como é o nosso caso – é um percentual elevado.

Caso o Fundo de Aposentadoria se revele uma solução ilegal ou operacionalmente inexecutável, o sistema universitário público paulista estará em maus lençóis, premido entre a cruz e a espada: ou negocia com o Governo Estadual, em condições políticas desfavoráveis, novas regras de financiamento, abrindo mão da autonomia administrativa e financeira conquistada, ou parte para um crescente arrocho interno sobre as despesas, principalmente os salários, com sérios riscos de desestruturação da vida universitária.

Na verdade, nenhuma das duas alternativas é boa para a Universidade. Mandar as contas de volta para os braços do papai “Tesouro Estadual” sujeitar-nos-á a uma ingerência administrativa e financeira intolerável, contra a qual lutamos e que conse-



guimos no passado afastar, por meio da autonomia. E o aperto de cintos tem um limite, além do qual transformar-se-á num torniquete paralisante para as atividades acadêmicas de ensino e de pesquisa.

Resta uma terceira via, mais penosa, porém de maior eficácia a médio e longo prazo: ao invés de sacrificar a autonomia, vamos utilizá-la com vigor e inteligência para produzir recursos adicionais para a Universidade.

A comunidade universitária poderia ser mobilizada para, por exemplo:

1) Transformar o Hospital de Clínicas numa autarquia estadual, a exemplo do que já ocorre com o HC da Faculdade de Medicina da USP, desligando-o do orçamento da Universidade e integrando-o ao orçamento geral do Estado, uma vez que o hospital presta essencialmente serviços de assistência médica gratuitos, no âmbito do SUS. Isso ocorreria, porém, sem perda dos vínculos acadêmicos e de pesquisa com a FCM.

2) Negociar com o Governo Estadual a cessação de repasse aos cofres estaduais do recolhimento dos 2% de contribuição para o IAMSPE, recursos que ficariam na Universidade para ajudar principalmente no pagamento dos aposentados bem como na assistência médica aos docentes e servidores que seria prestada pela própria Unicamp.

3) Levantar, através de procedimentos de cálculos atuariais, o percentual de desconto em folha efetivamente necessário para cobrir as pensões no âmbito de uma instituição como a Unicamp, para fins de possível negociação com o Governo Estadual.

4) Rever o destino dos montantes que as fundações repassam para a Universidade, objetivando atender também estas aposentadorias, sem contudo aumentar estas taxas para não inviabilizar e sim estimular novos contratos e convênios.

5) Defender a inclusão das Universidades Públicas Paulistas nas Bolsas de Aposentadoria, recentemente propostas pelo Ministério de Educação para atender as Universidades Federais, diante da mesma questão de manter em atividade professores e pesquisadores em condições legais de aposentadoria.

6) Instituir novos regimes de trabalho, que contemplem a real situação de alguns docentes, criando jornadas de trabalho que estão acima daquelas impostas àqueles que estão em RTP ou RTC, porém não caracterizadas como de dedicação integral.

7) Criar uma Escola Funcional, que realmente prepare nossos servidores técnicos e administrativos para assumir as posições com atividades mais complexas, que passarão a existir ante estas novas aposentadorias. Tal Escola deverá associar as modernas técnicas de gerenciamento e informática com a administrativa atualmente em vigência. Na área técnica-laboratorial certamente alguns docentes deverão ser chamados para colaborar. Com isso estaremos estimulando a qualificação dos nossos atuais servidores e conseqüentemente evitando novas contratações.

São medidas polêmicas, difíceis e trabalhosas, mas devemos demonstrar que a alternativa é submeter-se novamente aos ditames administrativos e financeiros do Governo Estadual, inclusive e principalmente quanto à política remuneratória.

Em pouco tempo, estaremos de volta aos padrões salariais miseráveis do serviço público estadual, o que ninguém deseja. Lembremos de que o ensino público da rede estadual está agonizante principalmente devido aos baixíssimos níveis salariais dos professores do Estado.

Por outro lado, medidas paliativas, como as que a Unicamp vem tomando, que poderão ser estendidas aos docentes, de estabelecer diferenciação salarial, por meio de artifícios, entre os da ativa e os inativos, além de duvidosa legalidade, não resolvem a essência do problema da Universidade, que é lidar com receitas praticamente fixas e com despesas crescentes.

A adoção das medidas corajosas, descritas neste artigo, nos devolveriam as condições morais e políticas para lutar junto ao Governo Estadual e Assembléia Legislativa pela manutenção dos índices de participação na arrecadação do Estado.

De qualquer modo, temos de pensar urgentemente na questão, colocando-a sistematicamente em debate com a comunidade universitária. O preço da imprevidência, neste caso, será caro demais para a Unicamp.

## A reforma que o governo não quer

Temos acompanhado pelos jornais as peripécias do Governo Federal, tentando evitar a todo custo que se instale uma CPI para investigar o sistema financeiro.

Ao contrário das demais reformas, aquelas que interessam ao projeto político de Fernando Henrique, como por exemplo, a da Previdência Social, o Governo acha que mexer muito fundo no sistema financeiro poderia ocasionar um cataclisma econômico, que levaria água abaixo o Plano Real.

Segundo essa ótica, pisar nos direitos dos cidadãos comuns, os que trabalham, para fazer que as datas da aposentadoria e da morte se aproximem, isso vale. Já mexer com aqueles que se dedicam a engendrar artifícios financeiros para continuar explorando despudoradamente a sociedade, como os banqueiros, isso não vale e não pode.

É hora de pôr um basta em tanto cinismo e mistificação. É de se admirar que um presidente e vários ministros, oriundos da academia, onde desde sempre se posicionaram na vanguarda da mudança social, venham agora a endossar projetos grotescos, como esse da Reforma da Previdência Social, sob o argumento de debelar de vez a inflação, enquanto se empenham em varrer para debaixo do tapete a própria origem das pressões inflacionárias e do descalabro financeiro do país: as práticas criminosas e despudoradas dos bancos brasileiros, esses viciados no ganho fácil e na especulação desenfreada.

Pergunto: alguém duvida de que procedimentos como os do Banco Nacional, manipulando suas contas fraudulentamente para ostentar um balanço sadio, são práticas comuns em **todo** o sistema financeiro, acobertadas nos "bons tempos" pelo furacão inflacionário, e que agora estão vindo inexoravelmente à tona?

Alguém duvida de que, manipulando criminosamente os balanços dos bancos para produzir lucros artificiais, prática, repito, corriqueira no sistema financeiro com conivência do Banco Central, espertalhões auferiram lucros e ganhos ainda mais fantásticos com especulações nas Bolsas de Valores, as mesmas que agora caíram com fim prenunciado dessa ciranda?

Alguém duvida de que o Banco Central, sabedor e conivente dessas práticas criminosas generalizadas, engendrou o famigerado Proer salva-banqueiros como um derradeiro passamoleque na sofrida população brasileira que, enquanto morre de fome e de doença, vai novamente pagar toda a conta da bandidagem financeira?

Manifestemos todos nossa indignação, com a maior das energias, para acabar com esse cinismo federal de que bater em pobre pode e vale, e que flagrar banqueiro corrupto roubando atenta contra a nação.

CELSO ARRUDA

## PREVIDÊNCIA

## A reforma da Previdência e a democracia

Sergio Silva\*

Escrever sobre reforma constitucional é uma tarefa difícil. No que diz respeito, especificamente, ao uso indevido da administração e do dinheiro públicos – que a reforma da previdência, teoricamente, visaria evitar –, a situação é do mais completo descalabro e atinge patamares nunca dantes alcançados, exigindo uma releitura, quiçá saudosa, dos escritos de Gregório de Matos, o famoso Boca do Inferno, nos idos coloniais. Bons tempos!

De seu “exílio”, Fernando I, o Collor de Mello, está certamente inconformado com a sua deposição por pouco mais do que trinta dinheiros ou, mais precisamente, por quantias irrelevantes diante do que hoje é destinado, na calada do fim-de-semana, para a sustentação do banco de uma de nossas princesas. Assim, Lady Di talvez aceitasse até a anulação do seu casamento.

Sobre a nação oficial – a nação mais visível, dos meios de comunicação de massa e das elites eternamente carcomidas – paira uma nuvem de fases moralmente anestesiantes, fazendo parecer perfeitamente normal, por exemplo, que os comandantes da guerra santa contra os “privilégios” da previdência sejam, em grande número (e a começar pelo Presidente e pelo Ministro da Previdência), beneficiários de aposentadorias mais do que prematuras e mais do que especiais.

Se esses senhores e senhoras estão em pleno gozo de suas faculdades físicas e mentais, como entender que tenham optado por fazerem uso de privilégios que condenam como lesivos e abusivos? A aposentadoria só é obrigatória aos 70 anos. Eles poderiam ter feito como centenas de nossos colegas, professores e funcionários administrativos, aqui na Unicamp, na Unesp e na USP, milhares de nossos colegas das universidades federais e de outras universidades públicas, dezenas de milhares de funcionários públicos federais, estaduais e municipais, que continua-

ram trabalhando normalmente, mesmo depois de preencherem as condições para requererem as suas aposentadorias. E eles não pensam como o Ministro e o Presidente.

A recusa em aceitar a inclusão de garantias aos direitos adquiridos no projeto de reforma da previdência foi uma das características marcantes da ação do governo federal. Nem mesmo um sistema de transição, para garantir um mínimo de direitos, foi aceito. Assim, desde a sua apresentação, o projeto provocou uma avalanche de pedidos de aposentadorias, o que traz problemas muito graves para as universidades e para a administração pública em geral. Despesas que deveriam ser enfrenta-

nente de sadismo. Entretanto, nesse caso, creio necessário investigar também, como em todo crime, quais são os seus principais beneficiários. Quem, finalmente, sai ganhando com essa reforma e com a forma, aparentemente maluca, do seu encaminhamento?

Sobre esse ponto, não há dúvidas. Já são conhecidos os primeiros efeitos favoráveis da reforma para a ampliação do mercado das empresas de seguridade privada. Em lugar de ampliar e reforçar os sistemas públicos, o governo quer passar também os melhores “clientes” do setor público – isto é, os de renda mais elevada – para essas empresas, lamentavelmente (esses gases são realmente terríveis!),

---

**Considero impossível entender a ação do atual governo sem considerar um certo componente de sadismo. Entretanto, nesse caso, creio necessário investigar também, como em todo crime, quais são os seus principais beneficiários. Quem, finalmente, sai ganhando com essa reforma?**

---

das, progressivamente, ao longo dos próximos anos, desabaram de uma única vez sobre orçamentos federais, estaduais e municipais.

Por mais incompetentes que sejam os atuais dirigentes do país, é impossível acreditar que eles não soubessem que esse seria o efeito do simples andamento do projeto que acaba de ser aprovado, em primeira e vergonhosa votação, pela Câmara dos Deputados. Como se sabe, muitos deputados receberam o texto submetido à votação ao chegarem à Câmara, pela manhã; e o texto distribuído continha vários acréscimos manuscritos, alguns ilegíveis! Para não falar do “toma lá dá cá”.

A conclusão só pode ser uma: eles queriam que isso acontecesse. Pessoalmente, considero impossível entender a ação do atual governo sem considerar um certo compo-

com o apoio de líderes sindicais.

Como nem todos os objetivos do governo foram contemplados pela atual reforma, novas reformas serão necessárias, como já anunciou o incrível Stephanes. A avalanche de pedidos de aposentadorias garantiria os argumentos necessários às novas reformas. Graças a ela, o governo espera poder, finalmente, provar que a previdência pública é financeiramente inviável. Até o presente momento, o governo não teve a gentileza de apresentar contas minimamente convincentes em relação à previdência, mas confia no poder dos gases anestésicos para nos fazer acreditar que as empresas privadas encontrarão um jeito para garantirem os seus lucros nessa atividade financeiramente inviável.

Além de martirizar as pessoas, com a perspectiva da perda de van-

tagens pelas quais elas trabalharam por anos ou décadas e colocá-las, de repente, diante de um futuro totalmente incerto, o governo simplesmente implodiu os orçamentos públicos. Se estivesse realmente preocupado com a previdência, teria, pelo menos, tentado atacar os seus principais problemas, conhecidos por todos os especialistas, propondo uma legislação que 1) protegesse os diferentes sistemas previdenciários do desvio de seus recursos, que garante caixa ao governo e enriquece os chamados homens públicos e seus amigos privados, desde os tempos dos IAPETECs, IAPIs e similares; 2) definisse as obrigações do Tesouro em relação a cada um desses sistemas e 3) controlasse, efetivamente, a sonegação. Mas, sobre isso, o governo não quer nem ouvir falar.

O projeto de reforma da previdência é imoral, mas pior do que ele é o contexto em que ele se insere. De um lado, destaca-se a ausência total de críticas, que se manifesta de forma retumbante na grande imprensa escrita e televisada. O jornalista Jânio de Freitas já escreveu que as editorias políticas têm posições tão iguais, argumentos tão semelhantes, que tudo parece preparado por uma mesma e única fonte.

De outro lado, e talvez ainda mais grave, destaca-se a ausência de qualquer oposição política digna desse nome. Aliadas à realidade econômica e política construída entre o Plano Cruzado e o Real, as eleições dos dois Fernandos parecem ter colocado o Legislativo definitivamente a reboque do Executivo. Os partidos podiam não ser grande coisa, mas, pelo menos, definiam uma “situação” e uma “oposição”. A oposição deveria tentar derrubar a situação para entrar na farra com o dinheiro público. Isso acabou. Agora, esse dinheiro é dividido, sem o menor pudor, de acordo com o apoio a projetos específicos do Executivo.

É sintomático que as críticas, eventuais e pontuais, aos projetos do Executivo não guardem nenhuma

## PREVIDÊNCIA

# A proposta do governo para a Previdência Social

Osmar de Oliveira Marchese\*

correlação com posições partidárias. De um modo geral, em primeiro lugar, elas estão marcadas por hábitos que, do ponto de vista do atual sistema político, estão ultrapassados. Em segundo lugar, elas estão, de uma forma ou de outra, vinculadas à maior e mais terrível questão de todo regime bonapartista: quem será o próximo bonaparte? De qualquer maneira, a consolidação desse bonapartismo pode reservar a Sarney e ACM o mesmo fim que o Cruzado reservou a Ulisses e Aureliano.

Para consolidar esse sistema, é necessário que não somente o Legislativo, mas também o Judiciário funcione sob a égide do Executivo. Essa é também uma necessidade do conjunto das reformas constitucionais atualmente em curso. Propositamente feitas às pressas, elas redundarão em incontáveis e complicadíssimos problemas jurídicos. Só para dar um exemplo: o que entender por “direitos adquiridos” em matéria previdenciária?

Para garantir a “governabilidade” nessa confusão, o governo sabe que pode contar com a boa vontade das cortes superiores. É uma tradição, que não foi rompida nem mesmo diante do confisco do Plano Collor. Além do mais, comenta-se que o Supremo será brevemente reforçado pela presença de Nelson Jobim, cujo amor pelas leis só é superado pelo amor aos índios. A boa vontade dos juízes de primeira instância, tradicionalmente mais problemática, será garantida por outra reforma constitucional, a do judiciário, em particular com o estabelecimento do “efeito vinculante” das decisões das cortes superiores.

Nesse contexto, as barbaridades da reforma da previdência são apenas um aspecto de uma mudança mais ampla, que afeta todo o regime político. Dizem que as reformas constitucionais conduziram a um regime mais dinâmico, progressista, moderno; que os tempos mudaram, que estaríamos na era da pós-democracia; ou, simplesmente, que viveríamos uma transição (a enésima!) e que a reforma do Estado exigiria medidas autoritárias. É uma posição política... Difícil é engolir a conversa de que essas reformas possam, de alguma forma, favorecer a democracia.

\* Professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.

A reforma da Previdência Social apresentada pelo Governo Federal tem o objetivo de retirar entraves constitucionais à expansão do capitalismo, ampliando espaços para a privatização. Nesse sentido, o processo será acelerado em detrimento da previdência pública.

Sob a ótica econômica capitalista, o projeto significa um avanço, uma conquista a mais após a consecução da quebra ou “flexibilização” do monopólio do petróleo.

Ao facultar a adesão dos segurados do regime de Previdência Social ao regime de previdência complementar, o governo pavimenta o caminho para o percurso de empreendimentos bancários/financeiros, brasileiros e ou internacionais.

O grau de participação desses empreendimentos está atrelado ao teto dos benefícios a ser fixado em lei ou no próprio texto constitucional.

Quanto menor for o valor máximo a ser pago a aposentados e pensionistas da previdência pública, maior será a fatia de mercado disponível para banqueiros e seguradoras. Isso, na verdade, é o fator que explica a precipitação em votar essa Proposta de Emenda Constitucional (PEC nº 33).

Diminuirão os gastos públicos com a Previdência, criando possibilidades para a alocação de recursos públicos/orçamentários em áreas ou

atividades “consideradas nobres por este governo”.

A aprovação da proposta concretizará, portanto, o atingimento dos objetivos conjuntos do governo e iniciativa privada, apresentando como “mérito” adicional o aprofundamento da tendência de desigualdade e concentração na repartição da Renda Nacional entre empresários e trabalhadores.

Assim sendo não interessa ao governo a alternativa de combater a sonegação e a evasão fiscal da Pre-

A propósito de receitas previdenciárias, estimativas revelam que, no ano de 1994, foram sonegados 5,7 bilhões de reais à Previdência e que no seu conjunto – evasão/sonegação –, mais de 30 bilhões de reais deixaram de compor as receitas previdenciárias nos últimos anos. Esse último valor equivale ao montante total de pagamentos de aposentados e pensionistas a cargo de INSS para 1996.

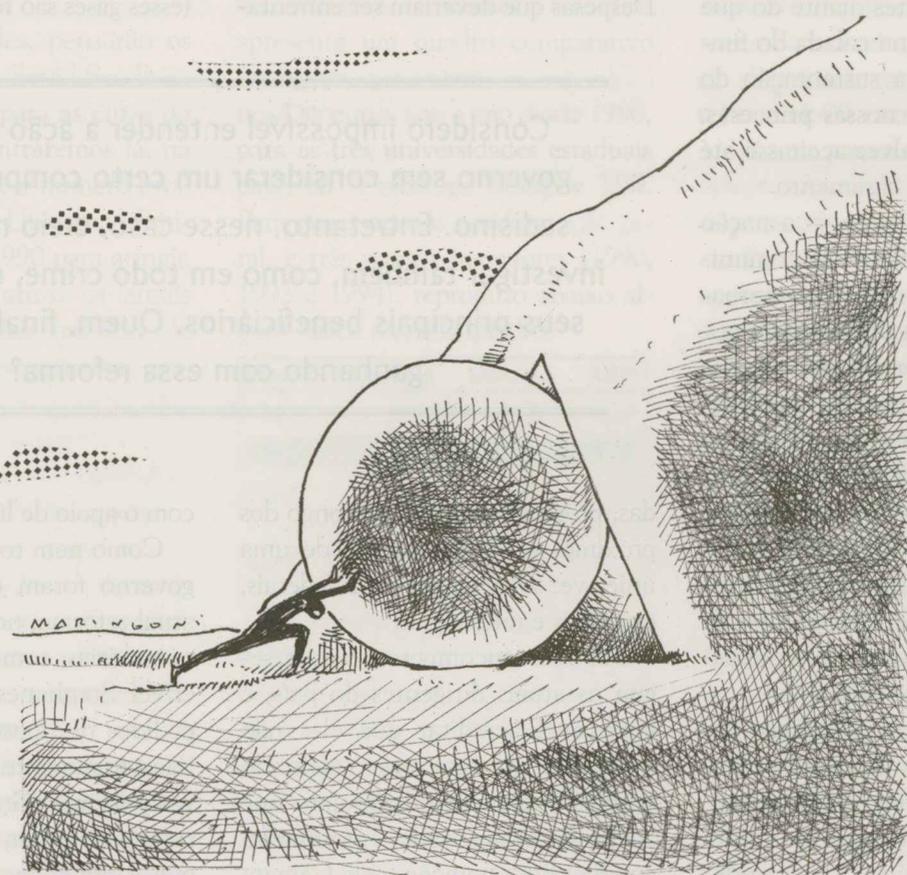
Ressalte-se o fato de FHC, como Ministro da Fazenda, ter apresentado proposta, aprovada, permitindo aos empresários adiar o pagamento de suas dívidas com a Previdência, parcelando esses débitos em até 10 anos.

Sob a ótica social, a PEC-33 configura um retrocesso ao subtrair da Constituição direitos e garantias individuais e sociais.

A redução dos gastos com a previdência pública será obtida à custa da contenção de despesas com pensões e aposentadorias.

Mais uma vez os trabalhadores terão seus salários aviltados. Agora, por serem obrigados a aumentar seus gastos com Previdência pública e privada, na expectativa de disporem de um mínimo de poder aquisitivo para viver com dignidade sua aposentadoria.

A PEC-33 não promove nenhuma melhoria nos benefícios dos futuros dependentes da Previdência Social. Nem mesmo objetiva recu-



vidência como forma de ampliação da arrecadação. Preferiu tentar popularizar seu projeto manipulando a opinião pública com o falso argumento da eminente falência da Previdência Pública.

Informações de especialistas negam o déficit e apontam mesmo a existência de superávit no sistema INSS.

A controvérsia permanecerá até que haja vontade política para a realização de auditoria pública.

perar o poder aquisitivo dos atuais aposentados e pensionistas, notória e progressivamente reduzido nos últimos anos.

Afirmando que os trabalhadores em geral não devem temer a reforma, o Poder Executivo deixa de mencionar alguns de seus pontos desfavoráveis:

- 1 - extinção da aposentadoria por tempo de serviço;
- 2 - nenhum aposentado poderá receber mais do que 10 salários mínimos;
- 3 - aposentados e pensionistas contribuirão para a Previdência Social;
- 4 - aposentados e pensionistas com idade superior a 65 anos perderão a isenção do Imposto de Renda;
- 5 - acidentes de trabalho serão excluídos da Previdência Social.

Procurando contrapor trabalhadores da iniciativa privada e servidores públicos, o governo aponta o funcionalismo público como detentor de privilégios inconcebíveis e inclui em seu projeto a retirada de direitos trabalhistas e o acréscimo de novos encargos e condicionantes à concessão de aposentadorias:

- a - deixa de existir o regime próprio de previdência para os servidores públicos;
- b - aposentados não mais receberão proventos em rigorosa paridade com os vencimentos dos servidores em atividade;
- c - o valor das aposentadorias e pensões deixa de ser integral;
- d - Lei Complementar definirá o valor dos reajustes de aposentadorias e pensões, prevendo-se um teto de 10 salários-mínimos;
- e - professores perdem o direito de se aposentar após 25/30 anos de atividades docentes;
- f - aposentadorias só aos 60/65 anos de idade e após 30/35 anos de contribuição;
- g - 13º salário deixa de ser estendido a aposentados e pensionistas;
- h - não haverá mais aposentadoria proporcional;
- i - todos os servidores públicos deverão contribuir para a Previdência Social.

Quanto a esse último ponto é preciso assinalar que algumas categorias do funcionalismo, como por exemplo, os estatutários, docentes

ou não, que trabalham na Unicamp, não contribuem para suas aposentadorias, apesar de serem descontados 8% dos seus vencimentos. Isso porque 2% se destinam ao IAMSPE, para cobertura de gastos com saúde e 6% vão para o IPESP, que custeia pensões e não aposentadorias.

Eventuais planos de contribuições dos servidores públicos estatutários para o custeio de suas aposentadorias, inclusive a destinação de percentuais já recolhidos (IAMSPE/IPESP), certamente poderiam ser objeto de discussões e debates, concomitantemente as demandas por indispensáveis reajustes salariais para melhorar o poder aquisitivo dos funcionários públicos.

Para concluir a abordagem sobre o conteúdo da proposta governa-

---

### É preciso deixar evidente o caráter autoritário do projeto enviado ao Congresso Nacional, repleto de inconstitucionalidades, afrontando inclusive cláusulas pétreas referentes aos Direitos e Garantias Individuais e Sociais

---

mental é preciso deixar evidente o caráter autoritário do projeto enviado ao Congresso Nacional, repleto de inconstitucionalidades, afrontando inclusive cláusulas pétreas referentes aos Direitos e Garantias Individuais e Sociais.

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados se encarregou de eliminar os dispositivos que proibiam invocar o princípio do direito adquirido.

O respeito a direitos adquiridos e as expectativas de direito deveriam estar contemplados na PEC-33. Modificações que representam supressão de direitos e ou quebra das relações contratuais vigentes, ferindo princípios democráticos, são inaceitáveis.

O Plenário da Câmara dos Deputados, em 06/03 próximo passado, rejeitou a PEC (apresentada sob a forma de substitutivo preparado pelo deputado Euler Ribeiro).

Insistindo na aprovação da PEC, o governo rapidamente designou

um novo defensor para sua proposta (deputado Michel Temer).

Na tentativa de obter os 308 votos necessários para aprovar a PEC na Câmara dos Deputados, o governo "trabalha" para reverter alguns dos 190 votos contrários registrados na sessão de 6 de março. Para tanto está se valendo da estratégia de desconstitucionalizar pontos considerados relevantes mas, polêmicos, impopulares. A tática consiste em deixar para outra oportunidade, certamente após as eleições municipais do 2º semestre, as leis que passariam a regulamentar as questões. Em se tratando de regulamentar Lei, 257 votos de deputados federais serão suficientes, tornando mais fácil a tarefa governamental de impor sua vontade.

Os resultados obtidos, ao final do processo, – o montante de perdas e ganhos –, estão diretamente correlacionados com a aprovação ou rejeição, total ou parcial desse Projeto de Reforma Constitucional.

Até uma eventual retirada da PEC pelo próprio Poder Executivo, para posterior reapresentação, deverá ser levada em consideração.

Essa alternativa, sugerida mais recentemente por lideranças parlamentares e sindicais, lastreia-se no fato de o próprio governo estar procurando meios e formas de obter apoio da sociedade e no Congresso Nacional.

A reapresentação oportuna contribuiria para atenuar seu caráter autoritário e prepotente desde que propiciasse o necessário nível de envolvimento da sociedade com o projeto.

O aperfeiçoamento democrático na busca de justiça social não é privativo do poder executivo ou do setor empresarial.

Os contornos finais da PEC estarão atrelados às pressões e ao grau de mobilização dos segmentos envolvidos, governo, empresários, trabalhadores, pensionistas, aposentados.

---

\* Professor aposentado do Instituto de Economia, Doutor em Ciências Econômicas. Coordenou o Núcleo de Estudos Constitucionais da Unicamp.

## Notas

Em 21 de março, a Emenda Aglutinativa à Proposta do Governo, elaborada pelo Deputado Michel Temer, foi aprovada. A partir do dia 27 será dada continuidade ao processo para conclusão do 1º turno de votação com apresentação de Destaques pelos Deputados Federais.

Na votação realizada em 21 de março, foram suprimidos os pontos 3, 4, 5, a, b, c, d, e, f, h, assinalados no artigo ao lado, os quais entretanto poderão ser retomados quando a Proposta do Governo for apreciada pelo Senado Federal.

Nesse mesmo dia 21 de março, foram aprovados os seguintes condicionantes à concessão de aposentadoria para servidores públicos:

◆ Aposentadorias voluntárias só aos 55 anos de idade (homens) e 50 anos (mulheres), desde que contem no mínimo 10 anos de atividade no serviço público, sendo os últimos 5 anos no mesmo cargo ou função, para receber proventos integrais, ou com a média dos salários dos últimos 60 meses, se não se enquadrarem no último requisito, e após 35 anos de trabalho para homem e 30 anos para mulher;

◆ Aposentadoria Proporcional somente aos 65 anos de idade (homens) e 60 (mulheres), sendo permitido, nos próximos 2 anos, ser solicitada aos 55/50 anos de idade;

◆ Tempo de serviço público será considerado Tempo de Contribuição, até posterior lei definir a questão;

◆ Contagem recíproca do Tempo de Contribuição na administração pública e na iniciativa privada terá requisitos definidos em Lei Complementar;

◆ Professores(as) do ensino superior perdem o direito de se aposentarem após 25/30 anos de atividades docentes.

# Plano Real aumenta a dívida ext

O Plano Real, que deu estabilidade à moeda e garantiu o controle da saúde. Além disso, a cada mês a dívida externa do país aumenta professor da Universidade de Brasília, **Décio Garcia Munhoz**. Ne governo de estar sacrificando toda a área social, através da utiliz seguridade, com o objetivo de pagar os juros da especulação finance afirma o economista que já foi cotado para ser ministro da Fazenda pagamento e quebrando todo o sistema financeiro estatal. Para evitar sociedade se mobilize e pressione o Congresso Nacional

## ◆ Professor, que avaliação o senhor faz do plano econômico do governo?

**Décio Munhoz** - Como todo plano de estabilização ele impõe perdas a alguns grupos dentro da economia. Não há como ter um plano de estabilização sem ter perdas, pois pressupõe que se interrompa um processo de aumento de custos repassado para os preços. Você só interrompe isso se alguém deixa de repassar custos para os preços. A URV foi uma tentativa de fazer isso, aparentemente, sem custos. Ora, é claro que isso seria impossível. Tanto é, que no processo de passar para a URV nem todos entraram. Só no último momento todo mundo teve de adotar a URV. Era o Real. Naquele momento todo mundo procurou aumentar os preços. Porém, os salários ficaram defasados. Os salários perderam o reajustamento de fevereiro, levando-se em conta que a transformação da URV em março se deu URV/inflação de março em março. E a inflação de fevereiro, que você daria em março, você perdeu.

## ◆ Isso significa que os trabalhadores foram os únicos que perderam com o plano econômico de Fernando Henrique?

**Décio Munhoz** - Necessariamente não. Outro perdedor foi o setor exportador. Ao invés de elevar o câmbio de 1 para 1,20, que foi o quanto cresceram os preços dos produtos nos países industrializados, no mês de julho, ele foi de 1 para até 1.83. Então, estava usando-se muito o salário e o câmbio para provocar perdas de rendas no momento da estabilização. A agricultura foi outro setor que também perdeu. A agricultura, além das perdas nos preços, passou a pagar correção monetária e juros muito altos, especialmente a correção monetária. Então, a agricultura quebrou. Está quebrada. Além disso, tivemos a redução de tarifas. Só que aí, rebatendo no setor externo. Nós estamos fazendo um aumento da dívida externa de US\$ 1,5 a US\$ 2 bilhões por mês. Então, as estatais estão pagando o pato da estabilização, assim como a agricultura, os trabalhadores e o setor exportador.

## ◆ Mas para o setor exportador o governo encontrou uma solução.

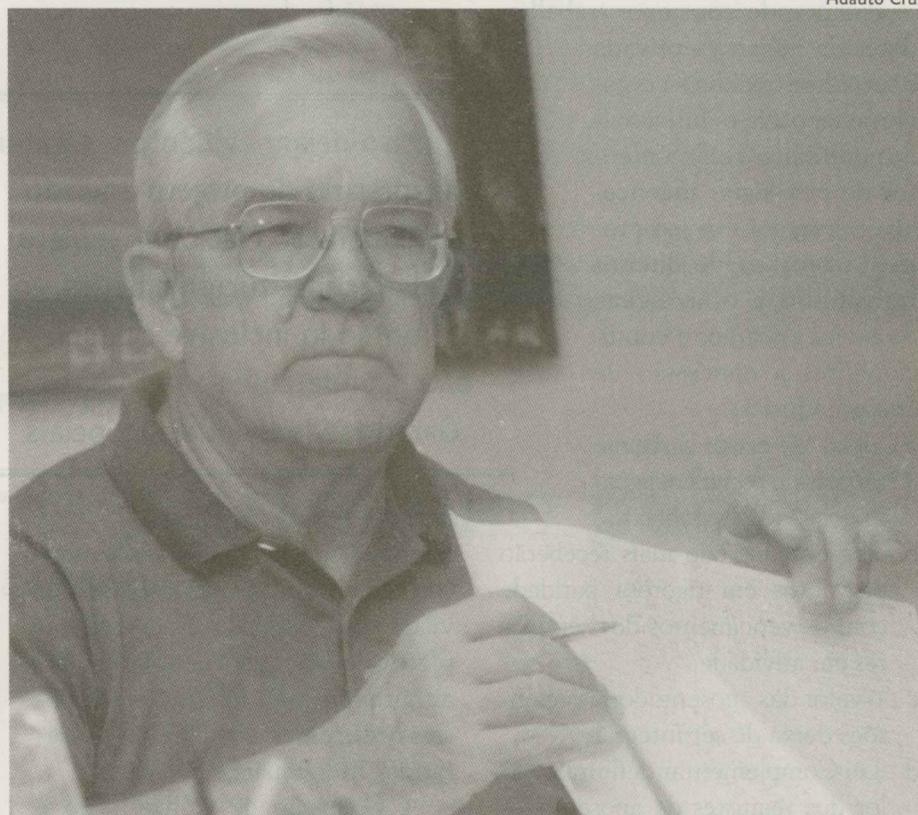
**Décio Munhoz**

- Achou uma solução parcial, temporária. É que ele (exportador) pode vender os dólares antecipadamente, através do adiantamento de contrato de câmbio. Aí ele pega os reais e joga na especulação financeira. E ganha muito dinheiro - o governo está pagando taxas altíssimas - e compensa parte da perda cambial, até toda, dependendo da opera-

ção. Só que isso está provocando o aumento da dívida interna. E como você tem o desequilíbrio externo quando a dívida aumenta, você precisa financiar isso aí. E os altos juros internos atraem capital estrangeiro especulativo de curtíssimo prazo. E com esse capital especulativo de curto prazo tem-se dólares para financiar o balanço de pagamentos, a dívida externa nova. Só que são dólares de 24 horas. Podem ir embora amanhã ou depois. Então o governo fica pagando altas taxas de juros. Isso significa outro ponto de sacrifício.

## ◆ Quem está pagando essa conta?

**Décio Munhoz** - Quem paga é a dívida interna. Quando o governo federal mantém os juros altos e tem uma dívida interna grande, ele tem facilidades como, por exemplo, o fato de emitir dinheiro. Embora seja do Banco Central, o que sobra ele passa para o Tesouro. Mas além dessa facilidade, o



Adauto Cruz

Tesouro tem um aumento de receita muito grande, especialmente porque a Constituição deu para a seguridade novas fontes de receitas como o Cofins e as contribuições sobre o lucro. E o governo, através do Fundo Social de Emergência e outras coisas, retira recursos do orçamento, inclusive da seguridade e da saúde, e cobre a especulação financeira com o aumento de receita, especialmente da seguridade. Então, se sacrifica toda a área social, para pagar parte dos juros da especulação que sustentam o ingresso de dólares especulativos. Com isso, quem sofre são os assalariados, a agricultura, toda a área social e os estados, que ficam sujeitos a esses juros altíssimos. Os estados médios e grandes, que têm dívida pública em papéis, estão sendo quebrados pela política de juros altos. E aí vem a questão política. Os estados estão sendo quebrados e os governadores ficam dóceis, ficam presos.

VISTA

# terna e empobrece os brasileiros

inflação, está penalizando os trabalhadores, a agricultura e o setor da entre US\$ 1,5 e US\$ 2 bilhões. Esta avaliação é do economista e esta entrevista, concedida à Agência Andes de Notícias, ele acusa o tração de recursos do Fundo Social de Emergência, do Cofins e da ra que sustentam o ingresso de capitais no Brasil. Com esse dinheiro, de Itamar Franco, o governo vem cobrindo o rombo do balanço de que o governo leve o país à bancarrota, Dércio Munhoz sugere que a . Sem isso, diz ele, teremos mais um governo medíocre.

◆ **Mas o plano, no início, melhorou o poder aquisitivo das pessoas e chegou mesmo a provocar uma explosão de consumo.**

Dércio Munhoz - No início houve aumento da demanda e isso aconteceu especialmente devido ao fato de que as pessoas não só deixaram de colocar dinheiro na poupança como sacaram o que tinham nela. E quando você teve uma parte da população sacando em poupança, não depositando e comprando, apesar da perda de salário que ficou acobertada, isso refletiu especialmente em aumento da demanda de serviços, que atinge o pessoal sem carteira assinada. Quando a classe média despertou e viu que perdeu com os salários já estava toda endividada. Houve uma reversão nos gastos e aquele grupo que foi beneficiado no setor informal também acabou prejudicado porque a demanda por serviços também caiu. Estamos numa fase de transição um pouco longa, e os artifícios que foram introduzidos para manter isso tudo tem custos muito grandes e seqüelas profundas. O desmonte da saúde é um dos exemplos.

◆ **Que medidas o senhor tomaria para se preservar conquistas como o controle da inflação e a estabilidade da moeda?**

Dércio Munhoz - A questão toda é que caiu-se numa armadilha. Hoje o país precisa de dólares de curto prazo, porque sua dívida aumentou muito. Ela aumentou para US\$ 26 bilhões, no mínimo, e isso significa que o Brasil precisa desse capital de curto prazo. Então, qualquer mudança de política vai depender de que se altere a estrutura de financiamento externo. É preciso ter financiamento de longo prazo. É preciso segurar essa sangria e isso não vem acontecendo. Esses juros especulativos internos não só financiam os exportadores, que vendem os dólares antecipadamente, mas os importadores também. Os fornecedores do exterior podem trazer dólares e aplicar especulativa-

mente aqui para subsidiar as importações também. Não é preciso manter juros altos para atrair capital. A dívida brasileira é tão grande que podia reduzir os juros assim mesmo, não é? Então, resolvido esse problema, tem-se flexibilidade para fazer as coisas que deveriam ser feitas há muito tempo, a exemplo da redução dos juros. Não há nenhuma razão para juros altos, é uma coisa totalmente in-

É preciso discutir o que se quer com a privatização, qual a filosofia. Falou-se que era preciso vender porque as empresas davam prejuízo ao governo. Falou-se também que iriam sobrar mais verbas para a educação e saúde. Isso foi um engodo que se conseguiu através de rios de dinheiro que o BNDES jogou na mídia, mistificando a coisa, quando, na verdade, eles estavam vendendo empresas que davam lucro.

justificável. Ora, na medida em que eu reduza esses componentes, posso dar uma recomposição de salários, posso rever as tarifas do setor público, posso chegar a um maior realismo cambial. Mas tudo depende exatamente de que o país se livre dessa questão da armadilha do setor externo.

◆ **Como o senhor analisa o programa de privatização do governo?**

Dércio Munhoz - É preciso discutir o que se quer com a privatização, qual a filosofia. Falou-se que era preciso vender porque as empresas davam prejuízo ao governo. Falou-se também que iriam sobrar mais verbas para a educação e saúde. Isso foi um engodo que se conseguiu através de rios de dinheiro que o BNDES jogou na mídia, mistificando a coisa, quando, na verdade, eles estavam vendendo empresas que davam lucro. Parece-me que querem vender as empresas que dão

lucro para cobrir os juros da especulação financeira também; o que é um absurdo porque não há nenhuma razão para você pagar o serviço público nessa taxa de juros. Cabe ao Congresso Nacional reagir contra tudo isso. Nós também estamos pecando em toda essa questão.

◆ **Nós quem?**

Dércio Munhoz - Todos nós. Não estamos exercendo direito as reações dentro do Congresso. A reação que nós exercemos sobre o Congresso é uma reação que eu acho que não é a adequada. Nós exercemos essa reação de forma corporativa. Ou seja, a CUT é que faz a pressão. São os sindicatos que fazem pressão. Isso tem que ser feito na base. Temos de ter cinco mil, dez mil professores, por exemplo, mandando telegrama, pressionando e questionando. Então, nós nos omitimos individualmente e na hora em que nos omitimos individualmente o governo desclassifica outras formas de pressão. Com isso, o Congresso fica dócil, a exemplo do que vem ocorrendo ultimamente.

◆ **Diante desse quadro, como fica o futuro do país?**

Dércio Munhoz - Acho que o futuro depende da mobilização da população. O Brasil, realmente, é um dos países que têm melhores perspectivas no âmbito mundial. Não só por ter um boa base industrial, uma boa agricultura (que está sendo agora destruída), uma boa população, uma força de trabalho muito grande e um mercado grande, como poucos países. Agora, há que se levar em consideração que o Brasil foi transformado num cassino há muito tempo. Um cassino em que é muito melhor o sujeito jogar do que produzir. Então é essa situação que você tem de mudar. Ou o presidente da República vê isso aí, olha pra frente e muda, ou ele vai fazer um governo medíocre. E aí vai deixar uma dívida externa e interna cavalgar para ser paga pelas futuras gerações.

## UNIVERSIDADE

## Adeus à autonomia universitária

Wilson Cano\*

Mais uma vez, em curto espaço de tempo, o governador Covas mostra a verdadeira face da "Social-Democracia".

Não contente com o recente e grave corte na autonomia financeira da Unicamp, USP e Unesp, baixou dois decretos, o 40.566, de 21/12/95, e o 40.625, de 05/01/96, que comprometem ainda mais aquelas universidades. Ainda, estendeu seu efeito à Fapesp, contrariando a própria Constituição do Estado de São Paulo.

Por esses decretos, o governo tentou implantar o SIAFEM (Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios), que centraliza a administração pública contábil e financeira, interferindo diretamente na gestão da despesa e receita daquelas instituições.

As arbitrariedades dos decretos

são muitas, mas vou destacar as principais:

Art. 4: Fixa quotas bimestrais para a distribuição dos recursos;

Art. 5: Inclui, nessa disciplina, os recursos próprios e os vinculados, da USP, Unicamp e Unesp, e os constitucionais da Fapesp;

Art. 6: A utilização dos recursos dependerá de prévia liberalização da Secretaria da Fazenda;

Art. 7: Saldos de quotas bimestrais deverão ser incorporados na quota seguinte. Isto impede a reprogramação cronológica, sem "prévia autorização";

Art. 17: Despesas de "Pessoal e Reflexos", obrigatoriamente, terão suas notas de empenho estabelecidas em regime bimestral;

Art. 18: "A realização de despesas à conta de recursos oriundos de

transferências federais dependerá sempre da existência de recursos financeiros e de prévia autorização da Secretaria da Fazenda";

Art. 22: Este regulamenta a programação de desembolso que (sutilmente) será "realizada de acordo com as disponibilidades financeiras do Estado"...

Art. 29, II e III e 30: Não pouparam dessa recentralização fiscal, nem mesmo os recursos provenientes do excesso de arrecadação ou de superávit de exercício findo...

Embora o espaço deste texto seja pequeno, cabe ainda lembrar que nem mesmo o regime arbitrário de 64 e o de seus fantoches estaduais atacou tanto as instituições públicas de ensino e pesquisa, como a "Social-Democracia-Neoliberal" vem fazendo. É preciso que a Academia

se conscientize disso para que se dê um basta a essas arbitrariedades.

Em suma, trata-se da tentativa de implantar um regime centralizado de "caixa única".

Os de 64, após arrasarem a universidade pública com o terror, tentaram refazê-la com maiores verbas para a pesquisa: necessitavam cooptar a Academia e formadores de opinião pública. Os de 94 desprezam-na, pois, como "vencedores" prescindem da inteligência e acreditam que a classe média e as elites, inebriadas pela estabilidade e pelos altos juros, estarão sempre lhes apoiando. É bom não esquecer que, após uma "bonança" pode vir uma verdadeira tempestade...

\* Professor titular do Instituto de Economia da Unicamp.

## CEAGESP

## Privatizar ou dilapidar o patrimônio público?

Luís Carlos Guedes Pinto\*

Este texto não pretende discutir o mérito da privatização mas a forma leviana, irresponsável e inconseqüente como esse processo muitas vezes é conduzido em nosso país, caracterizando uma verdadeira dilapidação do patrimônio público. De acordo com as informações divulgadas pela imprensa, a privatização da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo (Ceagesp) é um exemplo marcante neste sentido.

Além do Entrepósito Terminal de São Paulo (também conhecido como Ceagesp ou Ceasa), situado no Jaguaré e que tem uma área de 707 mil m<sup>2</sup>, a empresa possui dezenas de armazéns, frigoríficos e entrepostos em 43 cidades, totalizando alguns milhões de m<sup>2</sup> de área total e centenas de milhares de m<sup>2</sup> de área construída. Todo esse patrimônio incorporado pelo Estado em mais de meio século está sendo vendido pelo preço mínimo de

65 milhões de reais, mais a dívida com o Banespa estimada em 180 milhões de reais no mês de março de 96, cujo pagamento será feito em condições excepcionalmente favoráveis.

Somente os 707 mil m<sup>2</sup> do Entrepósito Terminal de São Paulo, situado em área extremamente valorizada da cidade, vale muito mais do que isso. Não é por acaso que várias empreiteiras e construtoras já manifestaram interesse na compra com o propósito de demolir o entreposto e realizar empreendimentos de outra natureza no local. Mas o valor dessa área extrapola em muitas vezes o simples valor do terreno. Aí está instalado um dos maiores e mais movimentados mercados de produtos hortifrutigranjeiros de todo o mundo, e que comercializa em torno de 10 mil toneladas de alimentos por dia, no valor de 3 a 4 milhões de reais. Esse mercado foi criado pelo poder público, que quando ali cons-

truiu o entreposto há mais de três décadas, ocupou uma área que era constituída de pastos. Foi o primeiro grande entreposto da América Latina e exigiu um enorme investimento. Cada m<sup>2</sup> de área de comercialização vale dezenas de milhares de reais, dependendo de sua localização, e é disputada com unhas e dentes. É pois inadmissível e constitui-se numa absurda contradição o não reconhecimento do valor de mercado num processo de privatização. Aliás, é oportuno recordar que quando o poder público desapropria uma área com valor comercial, este sempre é incluído na avaliação.

Haveria várias formas de se realizar este valor de mercado, muito maior do que o valor mínimo proposto. Proponho que se venda, através de leilão, cada uma das centenas de áreas de comercialização existentes no entreposto. Asseguro que não faltarão interessados e que o valor a ser

alcançado será excepcional. Os futuros proprietários poderão organizar-se através de um condomínio e dar ao entreposto o destino que melhor lhes convier. O mesmo procedimento poderá ser adotado nos 12 entrepostos situados no interior do Estado.

É incrível que neste momento em que o Governador repetida e incansavelmente fala das dificuldades financeiras do Estado, um processo tão lesivo ao interesse público esteja sendo conduzido. Mário Covas é conhecido e reconhecido como um político probo e honrado e não pode permitir que esta forma de privatização da Ceagesp se consuma nestes termos. E deve estar extremamente atento em relação à maneira como se pretende conduzir outras privatizações.

\*Presidente da Adunicamp, professor do Instituto de Economia, foi secretário da Agricultura e diretor da Ceagesp no governo Montoro.

## REFLEXÕES

# Universidade, erudição e cidadania

Pedro Paulo A. Funari\*

Nos anos negros da ditadura, os corredores estavam “permeados de espões e delatores em todos os níveis, há notórios agentes de segurança calmamente instalados, dando palpites, fiscalizando contratos, vetando a admissão de docentes, proibindo conferências e reuniões”, na palavras de Antonio Candido (1974:15). Escolas fechadas, professores e alunos presos (Nadai/3:157), estas foram medidas que, com a restauração dos civis, a partir de meados da década de 80 puderam ser facilmente revertidas. A reforma universitária, contudo, teria efeitos duradouros sobre a vida acadêmica.

Warwick Bray (1994:6) resumia, ao assumir a cátedra de Arqueologia Americana da Universidade de Londres, há pouco, de maneira admirável a importância de um sistema universitário: “a experiência deixou-me com a convicção que o melhor sistema acadêmico é aquele que deixa que a pessoa trabalhe e não ponha muita ênfase no exercício do poder burocrático”. A reforma universitária brasileira acabou por formar uma nova academia, um grande organismo burocrático fundado nos cargos e nos órgãos decisórios. A produção de conhecimento passou a ser secundária ante à quantificação. A “americanização” do sistema universitário soube copiar dos Estados Unidos apenas a forma e não o conteúdo. Se lá há *master's degrees*, tenhamos mestrados; se há *Ph.D.s*, tenhamos doutorados. Se lá duram pouco, que aqui se obrigue que durem menos ainda! Dois anos como máximo para o mestrado, eis o novo critério. A qualidade deve ser irrelevante, e para tanto basta abolir as notas das dissertações, agora apenas “aprovadas”. Quanto mais dissertações, em menos tempo, melhor o curso de pós. O prêmio não é dado por um mercado de *lecturers*, como nos Estados Unidos, por meio de competição, mas é conferido, como favor, pelos órgãos burocrático-acadêmicos, na forma de bolsas e financiamentos variados.

Exagero? Não segundo Fábio Konder Comparato (1993): “as universidades públicas tornaram-se, com poucas exceções, núcleos de constrangedora mediocridade, dentro do espírito de autoproteção corporativa; a produtividade é uma das mais baixas do mundo”. Voz isolada que clama no deserto? No outro lado do espectro ideológico, José Goldenberg (1992) lamenta que “a dissociação entre progressão na carreira e titulação acadêmica foi particularmente deletéria”. Sérgio Miceli (1995) cria uma expressão para definir nossa nova *intelligentsia*: “intelectuais sem obra (sic)”. Sem obra, mas com manobras, intelectuais orgânicos *alto locati*, muitos deles “para frente e para o alto, rumo ao Planalto”; outros, rumo às reitorias e...às redações de jornais!

Os acadêmicos jornalistas constituem fenômeno à parte, pois se dependem do compadrio, sendo amigos dos donos dos órgãos de imprensa, dispensam as sinecuras da burocracia estatal; nisto, nossos acadêmicos periodistas não se distanciam dos seus correlatos americanos ou europeus (cf. Karnouh 1989:112; Bourdieu 1989:106). Chegamos a uma academia anos 90 fundada em dois elementos: burocracia e grande imprensa, a primeira muito mais poderosa, a segunda muito mais endinheirada. Um par de artigos de um historiador sobre a novela das oito vale muito mais que um salário de titular! Têm, contudo, algo em comum: a ignorância, ou, para ser mais preciso, a falta de conhecimento (este o sentido da palavra “ignorância!”). Talvez coubesse uma paródia da primeira bênção de Jesus: “bem-aventurados os pobres de espírito, porque deles é o reino dos homens” (Mateus 5,3).

Como pode haver cidadania, no sentido forte do termo, sem cidadãos? Florestan Fernandes (1975:76), em visita a Assis, em pleno ápice da ditadura, alertava que o intelectual tende a tornar-se um escravo do poder: “os mecanismos do ‘dá lá, toma cá’ são evidentes. O intelectual aprende bem

depressa que a ‘lei’ de sua sobrevivência é prestígio”. Palavras verdadeiras então e premonitórias. O *do ut des* dos romanos, tão bem traduzidos pela expressão “é dando que se recebe”, de raízes seculares, viria a triunfar nesse fabuloso mundo pós-moderno, pós-ditadura, realista, cujo único critério é o consumo. E no entanto, atentamos para as palavras de Florestan Fernandes: “escravos do poder”. Como escravos, se mandam e recebem todo tipo de prêmios? Pesquisador nível máximo do CNPq, chefe, diretor, professor titular, estrela de jornal, “está na boca de todos”. Escravo, não, senhor! *Despotes, dominus!*

E *pur, schiavo!* Escravo do próprio compadrio! Pode dizer tudo...contanto que não conflite com o poder, seja ele o dono do jornal, a burocracia da CAPES ou do CNPq e assim *ad infinitum*. Não é à toa que a notar a escravidão tenha sido Florestan Fernandes, intelectual *sensu stricto*. Como professores preocupados com a formação de uma cidadania consciente não nos convém aceitar, passivamente, a escravidão que se nos apresenta como “doce prisão”. E não apenas porque as cadeias nos tiram a liberdade de sermos felizes individualmente como, também, porque, como coletividade, os grilhões aprisionam a todos. A cada compromisso com o compadrio, somos alunos e professores que sentimos o peso das cadeias.

Nesse contexto, o conhecimento, a erudição, o estudo, enfim, a crítica são revolucionários. Apenas o rompimento com o compadrio permite que se almeje a uma mudança social qualitativa, emancipadora, que nos livre dos grilhões. Revolução na academia significa estudo antes que conchavo, significa qualidade antes que quantidade, significa reconhecimento externo antes que elogios entre amigos. Na universidade um critério básico de validação externa consiste na publicação no exterior. É fácil conseguir dinheiro público para discutir problemas brasileiros às margens do Tâmis, do Sena ou do Hud-

son, como alerta Sérgio Pinheiro (1993), mas para publicar algo no exterior não basta a amizade. Assim, lutar pela cidadania na academia consiste em defender a erudição como critério de julgamento. Cidadania nos cursos de pós implica professores e alunos não conformistas, livres, não escravos, livres não apenas para criticar como para saber, conhecer, e, daí, poder criticar.

Erudição e cidadania, termos anti-téticos no senso comum, são, no fundo, duas faces de uma mesma moeda. Professores e alunos bem intencionados que somos, não nos pode bastar desejarmos formar cidadãos: não se fazem cidadãos com uma interpretação “revolucionária”. O pior inimigo da cidadania é a ignorância que conduz à passividade. Não nos iludamos, a passividade não leva ao socialismo, mas à escravidão. O que nos cabe, então, é estudar, estudar e estudar. Ilusão? Não, realismo.

Realismo, pois ao aceitarmos a passividade estamos não apenas nos privando, individualmente, da liberdade, como, coletivamente, nos condenando a aceitarmos o domínio da barbárie. Sem cidadania, no sentido forte do termo, não há liberdade. Nossa contribuição, como professores e alunos de pós, pode ser decisiva, pois o compadrio só se mantém pela ignorância. Não faremos uma revolução social apenas a partir da sala de aula, mas não haverá verdadeira liberdade enquanto persistir o compadrio, cuja superação passa, necessariamente, por uma ação educativa. Sozinhos não destruiremos o sistema de patronato, mas sem nossa ação isso não será possível. Não basta dismantelar uma estrutura de submissão, é preciso construir a cidadania.

Cabe a nós escolhermos o caminho a seguir: a servidão ou a liberdade.

\* Professor do Departamento de História - IFCH/Unicamp.

Trechos da palestra “Sistemática de avaliação na pós-graduação brasileira”, proferida em novembro, no Instituto de Biociências da USP.

## UNIVERSIDADE

# Deu no Diário Oficial

## Doutores já representam 75% dos docentes

Wilmar da Rocha D'Angelis\*

O Diário Oficial – conhecido também por *Jornal da Unicamp* – divulgou em matéria de primeira página, em meados de 95, que no ano passado o número de professores da Unicamp que tem o título de Doutor chegou a 1.508, significando – na estatística oficial – 75,7% do total de professores da universidade. No ano anterior, ou seja, em 1994, o percentual de docentes com Doutorado era 73,9%.

O que a estatística oficial não explica é: *como foi que esse percentual cresceu?*

Qualquer leitor desavisado seria levado a concluir que sempre mais professores tem obtido o grau de Doutor, diminuindo assim, gradativamente, o número dos professores MS-1 (“instrutores”) e MS-2 (“professores assistentes”, com Mestrado). Mas, vejamos os números:

Titulação	1994	1995	Diferença
MS-1	35	27	-8
MS-2	492	460	-32
MS-3,4,5 e 6	1.493	1.508	+15
Total	2.020	1.995	-25
Só MS-6	207	204	-3

Em 1994, os MS-1 eram 35 e os MS-2 eram 492. Os professores com Doutorado eram, no mesmo ano, 1.493, dos quais, 207 eram MS-6.

Pois bem, em 1995 os MS-1 diminuíram para 27 (8 a menos que em 94) e os MS-2 diminuíram para 460 (32 a menos que em 94). Os Doutores, por sua vez, aumentaram para 1.508 (15 a mais que em 94), sendo que os MS-6 diminuíram para 204 (3 a menos que no ano anterior).

Logo, o Quadro Total de Docentes, que em 1994 era de 2.020 professores, foi reduzido para 1.995. Como os MS-6 que “desaparecem” de 94 para 95 são casos de aposentadoria, ficamos com 3 “vagas” que foram repostas e mais 15 (aumento efetivo do nº de MS-3), totalizando 18 novos Doutores, que muito pro-

vavelmente foram promoções obtidas com pessoal “da casa” (embora não necessariamente).

Bem, em 94 tínhamos um total de 527 professores não-doutores; se 18 deles concluíram seus Doutorados, ocupando as vagas que registramos acima, isso reduz o número de não-doutores para 509. Ocorre, porém, que em 95 esse número foi reduzido para 487 professores não-doutores. Conclusão mais que óbvia: no mínimo 22 professores não-doutores foram despedidos (ou, como diz o jargão burocrático: *tiveram seus contratos não renovados*).

Bom, azar o deles, pensarão os Senhores Doutores. Será? Se olharmos mais uma vez para as cifras do *Diário Oficial* encontraremos lá, na primeira página, que o número total de professores da Unicamp diminuiu de 2.359 em 1990 para atingir, em apenas cinco anos, os atuais 1995. Ou seja: uma redução de 15,4% em 5 anos. Pergunte-se, agora, o professor: diminuíram os alunos na mesma proporção? A Universidade retraiu-se ou expandiu? O fato vem provar, de duas uma:

a) Professores não fazem falta a uma universidade como a Unicamp. Aqui, os caminhos do conhecimento ou desconhecimento seguem outras trilhas, que não passam pela necessidade de docentes.

b) A Universidade tem se expandido impondo maiores encargos e sacrifícios ao seu Quadro de Docentes (e, diga-se de passagem, a redução não foi nos mesmos percentuais, de forma equânime, em todos os Institutos. Não seria curioso saber como se deu a redução do pessoal docente, Instituto por Instituto?)

### O quadro docente

Não precisa ser guru, nem ter previsto a queda dos Mamonas Assassinas pra saber onde vai dar essa espécie de “enxugamento da máquina”, de sabor neoliberal.

Não recuperado ainda da descoberta do que encobriam os números anteriormente apontados, recebo em meu escaninho um relatório encadernado elaborado pelo GT 56/95: *Questões relativas ao Quadro Docente das Unidades de Ensino e Pesquisa*, com data de outubro/95. Novamente surge a questão de como se podem ler os números de séries e comparações estatísticas, a prova cabal de que a Estatística, tanto quanto a Economia, não pode ser uma “ciência exata”.

No item intitulado *Carga Didática na Unicamp*, o referido relatório apresenta um quadro comparativo (p. 9) em que mostra a razão Alunos/Docentes, ano a ano desde 1990, para as três universidades estaduais paulistas: Unicamp, Unesp e USP. Para pegar apenas a informação geral, e três pontos marcantes (1990, 1992 e 1994), reproduzo abaixo alguns dados daquele quadro:

Ano	Unicamp	Unesp	USP
1990	5,23	5,64	8,47
1992	6,23	6,11	10,20
1994	8,21	6,63	11,09

Razão - Total Alunos/Total Docentes

O comentário sobre esses dados do quadro, presente no relatório, limita-se a apontar: “No cômputo geral dos alunos (Graduação + Pós-graduação) em relação ao número de docentes, estamos desde 1992 com índices superiores aos da Unesp, mas ainda inferiores aos da USP” (relatório citado, p. 9 - grifos meus).

O que o relatório não se ocupa de dizer (ou o GT não enxergou os dados assim) é que, estando os números corretos, a relação Aluno/Docente teve, no período de 4 anos, um crescimento relativo de 57% na Unicamp, enquanto no mesmo período cresceu 30% na USP e 17,5% na Unesp.

No caso da Unicamp sabemos que no mesmo período, ou seja, en-

tre 1990 e 1994, o número total de docentes diminuiu de 2.359 para 2.020, o que significa um decréscimo de 14,37%. Se o crescimento da relação Aluno/Docente fosse devido apenas a esse “enxugamento” no quadro de docentes, o aumento seria de apenas 16,8% (muito próximo ao da Unesp naquele período), e a relação Aluno/Docente estaria ainda, em 1994, em 6,11 (índice que já estava superado em 92). O fato é que, descontado o crescimento devido à redução no quadro docente, os professores que permaneceram tiveram efetivamente aumentada sua relação com o número de alunos (na razão Aluno/Docente) em 34,4% entre 1990 e 94.

Não me parece que se possa questionar a capacidade de trabalho dos docentes da Unicamp por esse índice. Em primeiro lugar, porque não é apenas isso que mede a dedicação dos docentes. Em segundo lugar, é bom lembrar que no mesmo período os professores experimentaram apenas perdas salariais, a despeito de toda a retórica em contrário.

Mas, não bastasse isso, o relatório do GT surpreende ao propor – com um número certamente tirado de alguma cartola de mágico (como uma contribuição “para a definição da continuidade de uma política de contratação de docentes”) – “o aumento da relação Aluno/Docente, para 12,0 sendo 7,4 para a Graduação e 4,6 para a Pós Graduação” (relat. citado, p. 12 - grifo meu).

Ou seja, em um prazo não definido, mas provavelmente muito rápido, a razão Aluno/Docente deve passar de 8,21 para 12,0, o que significa um crescimento de mais 46,2%. Se o ritmo para atingir-se essa meta for o mesmo do período 1990-94, em apenas 3 anos (até 98) já a teremos alcançado, e no brevíssimo período de 8 anos os professores terão suportado um crescimento na relação Aluno/Docente da or-

dem de mais de 100%! E ganhando sempre menos!

Por fim, uma palavra sobre o critério “carga didática”: a Universidade pública não se compara - ou, pelo menos, não deveria se comparar - com as redes particulares de ensino cujo objetivo não é, primordialmente, a educação, todos sabemos, mas o retorno financeiro de um investimento econômico como qualquer outro.<sup>1</sup> Nesse sentido, o empresário (da “educação”, como o da metalurgia ou da construção civil ou qualquer outro) tem como primeiro critério o “custo” de sua produção, sendo a “qualidade” um item a considerar apenas em função da concorrência (daí que, hoje, qualquer coleginho de rico tem computador na pré-escola, ou outras coisas do tipo). Enfim, nu-

ma empresa de “educação” a relação Aluno/Docente é um dado importantíssimo, vital mesmo, pois remete imediatamente a “custos” e, na visão invertida do empresário, a “ganhos” possíveis via exploração da mão-de-obra. Tomar isso como índice de melhoria da Universidade é um risco.

Alegar-se-á, certamente, a preocupação com o bom emprego do dinheiro público. Preocupação altamente louvável, com certeza. Mas para essa preocupação mostrar-se legítima - e não mera cortina de fumaça - seria necessário que estivesse acompanhada de outras medidas igualmente efetivas, como a revisão de todos os contratos de RDIDP que estão sendo burlados (alô, alô, A.Z!, como estão as praias do Rio?), uma verdadeira transparência quanto aos

gastos da Unicamp e - por que não? - uma gestão democrática dos recursos da universidade.

E, para finalizar, não é com certeza democrática, e corre sérios riscos de ser errônea e contraproducente, qualquer medida que traga mudanças nas relações de trabalho e acarrete alterações no cotidiano dos docentes e que não seja amplamente discutida com os próprios interessados. No entanto, quando a própria Adunicamp é alijada de discussões desse tipo<sup>2</sup>, passamos de fato a uma gestão burocrática e empresarial do ensino público superior. É uma pena! - pra dizer o mínimo.

\* Professor no Instituto de Estudos da Linguagem.

• *Agradeço de antemão e dispense réplicas que venham a enaltecer o “nobre e insubstituível papel” das empresas particulares de ensino (“filantrópicas” ou não), e o “esforço desinteressado” delas em prol da educação de gerações e gerações, e toda a retórica do gênero.*

• O GT instituído pela Portaria GR-56/95 foi constituído por quatro Pró-reitores, pelo Secretário Geral e pelo Diretor Geral de Recursos Humanos da Unicamp.

1 *Agradeço de antemão e dispense réplicas que venham a enaltecer o “nobre e insubstituível papel” das empresas particulares de ensino (“filantrópicas” ou não), e o “esforço desinteressado” delas em prol da educação de gerações e gerações, e toda a retórica do gênero.*

2 O GT instituído pela Portaria GR-56/95 foi constituído por 4 Pró-Reitores, pelo Secretário Geral e pelo Diretor Geral de Recursos Humanos da Unicamp.

## Carta aberta ao amigo Júlio Gaiger, presidente da Funai

Caro Júlio,

Surpreendeu-me, nos jornais de 13 de março, a notícia de sua indicação para a presidência da Funai. A tal ponto que, num primeiro momento, não sabia se comentava com as pessoas que “um amigo meu” seria o novo presidente da Funai, ou um “ex-amigo meu”. Isso não significava entender que para assumir a presidência da Funai um ex-indigenista deveria abandonar tudo em que sempre acreditou e o que sempre defendeu, ao lado dos povos indígenas. Mas, antes, significava para mim o temor de que para ser cogitado para a presidência da Funai, alguém já deveria ter demonstrado que é capaz de sacrificar princípios em nome de conchavos nem sempre defensáveis.

Infelizmente, o que se informava pelos jornais, junto com sua indicação para a Funai, reforçava esse último temor: disse a imprensa que você assessorou o ministro Nelson Jobim na redação do famigerado e malconcebido decreto 1775, que altera as normas de demarcação de terras indígenas.

Fico, assim, meu amigo, completamente dividido e confuso com relação ao que esperar do futuro próximo: uma mudança radical na política indigenista brasileira, finalmente transformando a Funai em um órgão solidário com os povos indígenas, ou o fim de uma amizade, e a Funai tri-

lhando seus velhos caminhos marcados pelo engodo e dominação sobre sociedades que têm direitos históricos anteriores à existência disso que se chama hoje Brasil. Se o que vier a acontecer for a segunda opção, penso que enterrarei definitivamente minhas ilusões pacifistas e meus sonhos de que o Brasil tem saída. Ilusões quanto ao Estado, já as perdi há muitos anos!

Mas prefiro, ainda, exercer o sonho e a esperança, e crer que ninguém passa impune pelo que você já passou, quando se é honesto. E ninguém vibra, como vibramos, com a luta de Nonoai (78), nem se solidariza ao ponto que o fizemos com os Kaingang do Chimbangue (84), pra sujar sua história como burocrata-mor de uma política indigenista genocida. Acredito que você não terá muito tempo no cargo. Então, aja rápido e eficientemente. Faça o que puder, porque as raposas não te deixam esquentar essa cadeira.

Lembro-te, então, de algumas coisas urgentes que me ocorrem. Por favor, amigo, coloque-as na agenda sobre a mesa da presidência da Funai:

- em dezembro completaram-se 10 anos do decreto 92.253, do Sarney, que devolveu metade das terras do Chimbangue. Mas o Decreto é inconstitucional porque reserva aos índios terras que já eram deles! E ainda ficou devendo a outra metade, com o

cemitério indígena há dois quilômetros da divisa da aldeia! A Procuradoria da República em Santa Catarina tratou o caso como se ela fosse um órgão subsidiário da Funai! Quando se vai mexer nisso?

- em novembro próximo vão completar-se 10 anos da invasão armada no mesmo Toldo Chimbangue, organizada pelos funcionários da Funai: Sebastião Aparecido Fernandes (então Administrador Regional), Nilo Morás, Luiz Bavaresco e Pedro Seg Cornélio, e com participação ainda dos funcionários João Batista Ozelame e esposa (então designada “professora” para o Chimbangue), João Altair da Silva, o engenheiro agrônomo Ademir, e a funcionária Márcia. Com certeza o então Superintendente Edilvo Batistelli também tinha conhecimento e aprovava a ação executada com recursos do órgão indigenista. A Justiça de Santa Catarina é o melhor alento que podem ter os criminosos de toda espécie (e você sabe, pois foi quem ajuizou contra aqueles bandidos). Pois bem, caro Júlio: um inquérito administrativo é só o que se precisa para livrar a Funai de maus elementos como esses!

- e por falar em inquérito administrativo, vamos manter no esquecimento a dilapidação vergonhosa do patrimônio florestal indígena promovida pela própria Funai? Um inquérito administrativo também não seria

um instrumento ótimo para limpar a Funai dos ladrões que - me desculpe o trocadilho - vazam pelo ladrão? Reveja aí, Júlio, nos teus arquivos, teu exemplar do *Éyngá tû* (lembra desse documento de 85? posso te enviar nova cópia). Como prioridade tome o item Patrimônio Indígena (II.2), que vai ainda além do que sugiro aqui.

E, para finalizar, alguma coisa de impacto que lhe dê respaldo de todo o indigenismo não-oficial para enfrentar as reações dos grupos articulados dentro da própria Funai (que não são poucos, e que usam de toda deslealdade possível): convoque um debate aberto sobre o Decreto 1775, no qual tenham espaço desde o próprio ministro Jobim ao professor Dalmo Dallari, da OAB às organizações indígenas. É preciso ficar claro que esse decreto não é feito sob encomenda de latifundiários, políticos inescrupulosos e mineradoras. E é preciso ficar claro que o Governo vai comprometer-se efetivamente (porque até agora não está) com os direitos dos povos indígenas e sua sobrevivência, e que é capaz de voltar atrás nesse Decreto, se houver consenso de que ele é prejudicial àquelas comunidades. Sem esse gesto, Júlio, você corre o risco de ficar isolado, com todas as boas intenções, e prejudicar-se a si e aos índios.

WILMAR DA ROCHA D'ANGELIS

**ENSINO PRIVADO**

# Carta aberta ao reitor da Unimep

O professor **Armando Boito Júnior**, do Departamento de Ciência Política da Unicamp, encaminhou correspondência ao reitor da Unimep, Almir de Souza Maia, analisando a relação das Instituições de Ensino Superior privadas com a Fapesp. Trata-se de uma réplica de uma carta do reitor da Unimep. Por solicitação do professor Boito, a Adunicamp convidou Almir de Souza Maia a também escrever para o **Jornal Adunicamp**. O convite não foi aceito.

Desta forma, publicamos nesta e nas duas páginas seguintes os principais trechos da *Carta aberta ao reitor da Unimep*.

Prezado Senhor Almir de Souza Maia, Recebi a carta na qual o senhor contesta um artigo meu sobre a relação das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Na carta, depois de contestar minhas idéias, o senhor procurou encerrar o debate. Afirmou que "não é do interesse de ninguém travar uma guerra muito pouco santa" em torno do "caso FAPESP". Confesso que estranhei essa passagem. Ela sugere que o melhor seria não dar muita divulgação ao ocorrido na consulta eleitoral para a vaga no Conselho Superior da FAPESP. Por que isso? Eu penso, ao contrário, que é mais democrático divulgar e debater amplamente aquele caso. Sendo assim, resolvi responder-lhe publicamente.

No texto que o senhor critica, eu tratei de duas questões. Em primeiro lugar, contestei a legitimidade da aspiração das IES privadas de obter, da FAPESP, verbas para expandir seu patrimônio. Afirmo que, sendo instituições privadas, não poderiam ampliar suas instalações e equipamentos com dinheiro público. Em segundo lugar, questão ligada à anterior mas que é distinta, contestei a legitimidade da consulta eleitoral realizada pela FAPESP, porque o colégio eleitoral para essa consulta foi composto a partir de critérios ilegítimos que permitiram a participação de instituições privadas que não realizam pesquisa, e conferiram poucos votos às instituições que mais produzem ciência e tecnologia. Acredito ter sido claro, embora o

senhor tenha misturado as coisas em sua carta. Para a questão da obtenção de verbas para expansão patrimonial – questão que, para mim, é o ponto mais importante dessa discussão – o que importa é o caráter público ou privado da instituição. O critério da quantidade e qualidade da produção científica eu introduzi para discutir a segunda questão, a do credenciamento das instituições para a consulta eleitoral da FAPESP. Começo pela primeira questão, que, repito, é a mais importante. Eu considere nos meus artigos os motivos que teriam levado as IES privadas a se mobilizarem, de modo inusitado, para a consulta eleitoral da FAPESP, tendo, inclusive, lançado candidato próprio – o senhor Maurício Prates, professor da PUCCAMP. Nesse ponto, afirmo que tal mobilização se devia à ambição das faculdades privadas de se apropriarem de uma fatia maior da nova verba criada pela FAPESP para infra-estrutura dos centros de pesquisa do Estado. Argumentei que, em se tratando de verba destinada à compra de equipamentos e ampliação de instalações, como laboratórios, livros, computadores etc., isto é de verba que se converteia em patrimônio da instituição beneficiada, tal verba não poderia, em *condição alguma*, ser destinada a faculdades privadas. Na oportunidade, distingui verba de conversão patrimonial, à qual as faculdades privadas não poderiam ter acesso, de verba destinada a bolsa individual de pesquisa, à qual todo professor e estudante, independentemente da instituição a que pertença, privada ou pública, tem, e deve continuar

tendo, legitimamente, acesso. O senhor argumenta que minha posição baseia-se apenas na tradição. Afinal, qual seria o inconveniente de as instituições privadas receberem verbas públicas? Argumenta, ainda, que é legítimo e natural que essas instituições protestem contra a "ingerência do Estado" no controle das mensalidades escolares e da qualidade do ensino privado e, ao mesmo tempo, pleiteiem a intervenção do Estado quando esta vier na forma de verbas públicas. Alega um suposto "direito de autogestão" (mesmo com o dinheiro de terceiros, que é o dinheiro público?) das IES privadas. Afirmo que o Estado, quando interfere nas mensalidades escolares "atira (sic) estudantes e famílias contra a escola". O pretenso direito à autogestão que o senhor defende significou uma grande contribuição das escolas e IES privadas para a elevação da taxa de inflação do ano de 1995. Essas instituições, livres para "autogerir suas mensalidades", contribuíram decisivamente para a elevação dos custos com educação em 51,16% no ano de 1995, segundo dados da Fipe/USP. Seguiram o mesmo caminho das instituições privadas de saúde, cujos reajustes estiveram em torno de 38, 59%. Isso, senhor Maia, num ano em que o índice geral de inflação esteve em 23, 16%. Para comparação, a elevação de preços dos produtos alimentícios foi de 6,64% e do setor de vestuário foi de apenas 2,87%. O coordenador do índice de preços da Fipe, senhor Heron do Carmo, informa que, há anos, tem sido assim: de janeiro de 1990 a dezembro de 1995, o aumento de

preços das mensalidades escolares superou em 94% a inflação média do mesmo período (*Folha de São Paulo*, 13/02/1996). Isto é, o valor real das mensalidades escolares dobrou nos últimos seis anos. Como se pode constatar, o alegado direito de autogestão, que é na realidade o direito à prática de cartel pelos sindicatos patronais do ensino privado – dos quais fazem parte tanto as entidades laicas quanto confessionais – esse direito, repito, tem custado caro ao bolso do estudantado. Será o Estado ou a prática extorsiva de aumento dos preços das mensalidades escolares que "atira (sic) os estudantes contra a escola"? A crítica que se deve fazer ao Estado é outra: a de ser complacente diante desse verdadeiro crime contra a economia popular. Não é por outro motivo que o ensino e a saúde privados freqüentam, assiduamente, as páginas policiais dos jornais, e que estão tramitando, na Assembléia Legislativa de São Paulo, dois pedidos de CPI para investigar o assunto. Isso quanto ao "direito de autogestão" para fixar preços. No que respeita à liberdade para determinar a qualidade de ensino, os jornais noticiaram nesse início de fevereiro que o senhor José Carlos Di Gênio, o reitor-proprietário da Unip (Universidade Paulista), pressionou com sucesso o senado para que fosse retirada da LDB a exigência de que as universidades tivessem a maioria de seu corpo docente titulado, no mínimo com mestrado. A *Folha de São Paulo*, de 12 de janeiro, comenta: "O lobby das escolas particulares mostrou que continua ativo. Derrubou a exigência

de que as universidades deveriam ter um corpo docente com qualificações mínimas." Como o senhor vê, o lobby das IES privadas não é fruto da minha imaginação. O senador Antônio Carlos Magalhães, campeão da fisiologia e do reacionarismo, foi quem apresentou a emenda solicitada por aquele lobby. O reitor-proprietário Di Gênio justificou sua ação taxando de "irrealista" a exigência de qualificação do corpo docente, mesmo sabendo que ela passaria a vigorar apenas daqui a oito anos. Por que irrealista? Por que nossos colegas das IES privadas são incapazes para se titular? Ou por que as IES privadas não querem uma estrutura "custosa" que incentive a titulação? Qual é o objetivo fundamental das IES privadas: a produção científica, a formação dos alunos ou o lucro? *O meu argumento é este: nenhum empresário pode legitimamente pleitear verba pública cedida gratuitamente para incorporar ao patrimônio de sua empresa e acumular capital.* O senhor poderá alegar que a Unimep é uma IES "comunitária", que não é exatamente a mesma coisa que a Unip. Devo lembrar-lhe, porém, que o reitor-proprietário da Unip foi escolhido como aliado pela Reitoria da UNIMEP, e também pelas reitorias das demais IES "comunitárias" (PUC/SP, PUCCAMP e São Francisco), para articular a candidatura do professor Maurício Prates para o Conselho Superior da FAPESP, e trabalhou junto com essas mesmas reitorias para garantir a eleição do senhor Prates. A aliança com esse tipo de empresário do ensino é compatível com a doutrina metodista que, segundo sua carta, informa a atuação da Unimep? Mas vejamos essa diferenciação: escola privada empresarial e escola privada confessional. A UNIMEP é uma instituição confessional, o senhor lembra. Tais instituições pretendem se diferenciar por não visar lucro. Para o estudante, devo lembrar, isso não altera muita coisa, pois as escolas e IES confessionais também estão impondo os mesmos aumentos extorsivos das mensalidades escolares. Vale a pena citar a esse respeito uma manifestação – ilustrativa de uma situação que é geral – de Manoel Moreno Biltge no *Painel do Leitor* do jornal *Folha de São Paulo*:

"Em janeiro de 1995 a mensalidade escolar da minha filha era de R\$87,87. Em janeiro de 1996 saltou para R\$240,00. Um aumento de 175%, quando a inflação do período não passou de 25%. A quem reclamar? Ao bispo? Ora, ele é o dono da escola." (*Folha de São Paulo*, 20/02/96). Seria difícil explicar a esse leitor que as escolas e IES confessionais são "desvinculadas de qualquer interesse comercial", como o senhor afirma em sua carta. Mas, e é importante que isso fique claro, mesmo que as escolas confessionais ditas comunitárias não estivessem se aproveitando do "direito" de cobrar preços extorsivos, esse fato não alteraria minha posição na questão que nos ocupa: só deve ter acesso à verba pública as instituições públicas, pertencentes ao Estado e por ele administradas. Como vimos acima, o senhor afirma em sua carta que a UNIMEP segue a doutrina da Igreja Metodista. Ora, nenhuma religião pode legitimamente aspirar financiamento público para a divulgação de suas crenças. No Brasil, desde 1889, existe a separação entre Igreja e Estado. Onde essa separação não se verifica, como nos Estados confessionais do Oriente Médio e do norte da África, estamos vendo os prejuízos que isso traz à democracia. No Brasil de hoje, com o acirramento do conflito entre as igrejas, bem ilustrado pela disputa pública, e até violenta, entre católicos romanos e pentecostais, é mais grave ainda pleitear o favorecimento público a algumas religiões – aquelas que dispõem de uma rede de escolas e de IES – em detrimento de outras. Ora, é justamente esse favorecimento antidemocrático que o senhor advoga. Em sua carta, o senhor procura desqualificar os meus argumentos ao afirmar: "Talvez a argumentação de superfície (o caráter privado ou privado confessional, a maior ou menor produtividade científica, o episódio eleitoral etc.) sejam (sic) somente a cortina de fumaça que procura vestir sua preocupação real: a de que verbas públicas venham a ser democratizadas, mediante processos que levem em consideração critérios de objetividade e mérito, aí sim pondo frente a frente não o grupo das instituições oficiais e o das particulares,

mas cada uma diante das demais." Metodologicamente, é proveitoso esse procedimento que consiste em ir do nível superficial e ilusório (o discurso) ao nível profundo e dissimulado (a verdadeira intenção). Ocorre que o procedimento foi mal aplicado. Basta a indicação de um dado para invalidar esse seu pequeno exercício de análise em profundidade: os institutos de pesquisa do estado de São Paulo, as três universidades públicas paulistas e as duas federais sediadas no nosso estado, que são as instituições diretamente concernidas pela consulta eleitoral da FAPESP, não têm nenhuma razão para temer a concorrência científica e acadêmica de qualquer IES privada. Se o senhor ignora esse fato elementar, revela tão-somente um total desconhecimento da realidade universitária do estado e do país – o que é inaceitável para quem ocupa o cargo de reitor. Ainda na passagem citada acima, o senhor identifica democratização da verba para construções e para aquisição de equipamentos criada pela FAPESP com sua distribuição entre as IES privadas. É curiosa essa aceção nova que o senhor encontrou para a palavra democratização. Segundo ela, diríamos: o governo democratizou a Companhia Siderúrgica Nacional; o Proer democratizou o dinheiro público para socorrer os banqueiros que faliram por motivo de fraude... Recentemente, Celso Ribeiro Bastos, advogado e professor da PUC/SP, publicou um artigo na *Folha de São Paulo*, onde defende idéias iguais às que o senhor apresenta em sua carta. O senhor Bastos afirma que o "(...) ensino não é uma exceção à lei da oferta e da procura." Ou seja, o ensino deve ser tratado como uma mercadoria qualquer. Celso Bastos, na mesma linha da carta que o senhor me escreveu, prossegue: o Estado deve proclamar que "(...) não controlará preços (das mensalidades escolares)", e, em seguida, surpreendentemente, conclui: o Estado deve "(...) fornecer financiamento aos interessados em investir no ensino." (*Folha de São Paulo*, 10/02/96). O senhor também quer a lei da oferta e da procura para a "mercadoria" educação, opõe-se ao controle estatal das mensalidades e, mais do que financiamento, preten-

de obter verba pública cedida gratuitamente. Os dirigentes das IES privadas poderiam, ao menos, ser coerentes. Já que defendem a liberdade de comércio na área do ensino, deveriam abandonar a aspiração, típica do liberalismo brasileiro, de praticar a "iniciativa privada" com dinheiro público. Em segundo lugar, como já disse, eu contestei a legitimidade do colégio eleitoral que votou na consulta para o preenchimento de vaga do Conselho Superior da FAPESP, por entender que sua composição favorecera, contrariando todos os critérios estritamente acadêmicos, a representação das IES privadas, nas quais não se realiza pesquisa, ou – na melhor das hipóteses e em apenas alguns casos largamente minoritários – realiza-se muito pouco; e essa sobre-representação ocorreu em detrimento da representação dos institutos e universidades públicas paulistas, nos quais é realizada a maior parte da pesquisa científica e tecnológica do Brasil, e praticamente toda a pesquisa do Estado de São Paulo. Sendo a FAPESP uma instituição de fomento à pesquisa, o credenciamento das instituições obedeceu, portanto, critérios distorcidos e inaceitáveis. A FAPESP credenciou para o Colégio Eleitoral 126 votantes. Desses, 69 eram representantes das universidades e dos institutos de pesquisas públicos do Estado de São Paulo, enquanto 57 eram representantes de instituições privadas de ensino superior. Considero isso uma distorção que tornou todo o processo ilegítimo. O senhor examinou a questão sempre se centrado na situação da instituição que dirige, a Unimep. Pois bem, a Unimep teve seis representantes credenciados no Colégio Eleitoral, enquanto a Universidade Federal de São Paulo, que abriga a Escola Paulista de Medicina, o Instituto Butantã, o Instituto Tecnológico de Aeronáutica, o ITA, o Instituto Adolfo Lutz, o Instituto de Infectologia Emílio Ribas e todos os demais institutos do Estado, que são instituições tradicionais, produtivas e de alta qualidade tiveram apenas um representante cada. Dou outro exemplo. A PUCCAMP teve vinte representantes credenciados, enquanto a Unicamp teve dezenove. A Universidade São

Francisco teve doze representantes nesse colégio, isso é um número igual ao de doze institutos públicos de pesquisa do Estado de São Paulo. A Unip (Universidade Paulista) e a Univap (Universidade do Vale do Paraíba) tiveram, cada uma, um voto, o mesmo que o Instituto Butantã ou o INPE. Poderia prosseguir na exemplificação. Mas me contento em perguntar: o senhor considera que a distribuição de votos do Colégio Eleitoral obedeceu o critério da produção científica? Parece-me que as próprias reitorias das IES privadas reconhecem que não, uma vez que prepararam em segredo e na surdina sua intervenção na FAPESP, procedimento típico dos que não têm segurança sobre a legitimidade de seus atos. Qualquer indicador aceito internacionalmente para apuração da quantidade e avaliação da qualidade da produção científica indicará que as instituições mais produtivas e de qualidade superior, que são as instituições públicas, estiveram sub-representadas. É certo, e digo isso também para me posicionar sobre a defesa que o senhor faz da qualidade do ensino e da pesquisa na Unimep, que no grupo cada vez mais numeroso das IES privadas, há duas categorias de instituições. Uma grande maioria que não pesquisa nada, oferece educação de péssima qualidade e só funciona para o lucro, e uma pequena minoria, integrada geralmente por IES confessionais, mas também por algumas laicas, que procura estabelecer um padrão mínimo de qualidade de ensino, embora não possua, tampouco, uma estrutura voltada para a pesquisa científica. Mas essa diferenciação no interior do sistema das IES privadas não deve ocultar um fato básico: todas as publicações sobre o assunto mostram que mesmo esse grupo extremamente minoritário de IES privadas que possui um padrão mínimo de qualidade de ensino está  *muito aquém* dos padrões de qualidade de pesquisa e de ensino do sistema de universidades públicas. Mantido o mesmo entorno (cidade, região ou Estado), de modo a permitir a comparação entre os dois sistemas, as universidades públicas revelam-se sempre superiores às IES privadas. A distância é tamanha que o correto é falar, comparando um sistema

com outro, em diferença de natureza, e não em diferença de grau. Pelo que se depreende de sua carta, na qual abundam as idéias favoráveis à chamada iniciativa privada, o senhor poderá estranhar o que afirmamos, mas a verdade é que, no Brasil, o setor privado é inoperante para produzir conhecimento e tecnologia, ao contrário do que ocorre com o setor público. A história da pesquisa científica e tecnológica no Brasil mostra que o setor produtivo privado, em busca de lucro fácil, opera como importador de pacotes tecnológicos prontos, produzidos nos países centrais, e, por causa disso, não tem interesse em investir em pesquisa. As IES privadas, por seu turno, não querem arcar com os altos custos dos investimentos exigidos para a produção científica que, de resto, tem um valor de mercado pequeno ou nulo. Essas afirmações, senhor Maia, não implicam nenhuma crítica ou desrespeito ao trabalho desenvolvido pelos professores das IES privadas. Repito: estou comparando, fundamentalmente, dois sistemas de organização universitária, não instituições tomadas de modo abstrato e isoladamente e, muito menos, professores e estudantes. Não são os docentes das instituições privadas os responsáveis pela estrutura dessas instituições. Ora, é essa estrutura, e não os professores considerados individualmente, que está voltada, fundamentalmente, para a formação profissional – e em áreas que exigem investimentos menores (menos custos) e que têm maior procura (venda garantida) – e não para a produção de conhecimento. Tal estrutura possui algumas características que – até por não serem mais motivo de crítica e denúncia como eram até pouco tempo atrás – convém arrolar: concentração do ensino nas áreas de humanidades e de cursos profissionalizantes, em detrimento de áreas como biologia, química, física, tecnológicas e outras que exigem alto investimento em equipamentos, laboratórios e custosas assinaturas de revistas internacionais; abertura ou fechamento de cursos, expansão ou redução de vagas, em função das oscilações do mercado; falta de laboratórios e de bibliotecas que, quando existem, são desatualizados e ca-

rentes; inexistência pura e simples do regime de tempo integral para os docentes e utilização do contrato por hora-aula, que é o contrato dominante na maioria das IES privadas, obrigando os professores a ministrar uma quantidade excessiva de aulas, acumular empregos e afastar-se do estudo e da pesquisa; inexistência, na grande maioria dos casos, de carreira e de programa de qualificação docente (mestrado, doutorado e pós-doutorado); falta de incentivo à pesquisa e a correlata inexistência de um sistema de cobrança de produção científica; rotatividade do corpo docente; cursos de pós-graduação, quando existem, com um corpo exíguo e insuficiente de professores; separação entre o corpo docente da graduação e o da pós-graduação, implicando a separação entre ensino e pesquisa; classes superlotadas; matrícula, nos cursos de graduação, por série e não por disciplina; existência de monografias de conclusão de cursos de graduação, geralmente, apenas quando isso é uma imposição legal e, ademais, sem fornecer orientador individual para o estudante; mandonismo das fundações e dos proprietários.

É certo que é necessário fazer uma gradação entre as IES privadas. Mas os critérios para essa gradação decorrem das características acima que, em graus variados, estão presentes no conjunto das IES privadas – e *justamente por elas serem privadas*. O exame de cada uma dessas características revelará que elas contrariam as necessidades básicas da pesquisa científica e do ensino, e obedecem, em contrapartida, a regra geral do ensino privado no Brasil: pouco investimento e muito retorno. O senhor mesmo afirma na sua carta que a Unimep é “uma das raras” instituições privadas que mantém um fundo de apoio à pesquisa. Seria interessante o senhor informar qual é o orçamento desse fundo. De qualquer modo, concordo com o senhor: isso de fato é uma raridade no universo das IES privadas. Ao contestar minhas idéias o senhor apresentou uma concepção geral da educação e da pesquisa que é muito diferente daquela defendida pelo pensamento progressista. Em primeiro lugar, o ensino (e também a saúde) não de-

ve ser uma mercadoria. Da pré-escola ao terceiro grau, a *universalização* do ensino (e da saúde) público – e portanto estatal – e gratuito é o único caminho para o sistema educacional contribuir para uma política global de democratização da cultura e distribuição da renda. Em segundo lugar, o Brasil precisa produzir ciência, produzir tecnologia, se quiser romper a dependência que o prende aos países do hemisfério norte, dependência que tantos males acarreta à nossa população. Isso é impossível de ser feito – e as IES privadas estão aí para comprovar – coletando mensalidade escolar junto aos estudantes e objetivando o lucro. A produção científica e tecnológica só pode prosperar – e só tem prosperado, em instituições públicas, que funcionam com dinheiro público, arrecadado e alocado pelo Estado, e sem o objetivo do retorno financeiro imediato. Hoje, caminhamos na contramão do rumo indicado acima. Como a política neoliberal do Estado brasileiro não tem como objetivo a democratização da cultura, a distribuição da renda e a independência nacional, prosperam, no sentido financeiro do termo, os bancos, os apostadores da bolsa, os grupos privados de saúde, a escola particular. Regridem, no sentido qualitativo do termo, a saúde, a educação e o bem-estar do povo brasileiro. A saúde e a educação pública estão arrojadas e são combatidas. De que lado estará, nesse confronto, a reitoria da UNIMEP? O senhor, como dirigente de uma instituição privada de ensino, considera normal que a educação seja tratada como uma mercadoria, serviço contra pagamento à vista – ou melhor, pagamento antecipado, pois as escolas e IES particulares obrigam o pagamento da mensalidade no início do mês, antes de o serviço ter sido prestado. Infelizmente, a escola privada e paga elitiza, marginaliza e não contribui em nada para a “construção da cidadania”, que o senhor diz ser o objetivo da reitoria da UNIMEP. Nossas divergências são, portanto, de princípios, transcendem o episódio da eleição da FAPESP e do *lobby* que foi montado pelas IES particulares para se apropriar das verbas daquela instituição. Apresento-lhe minhas saudações.